

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Avaliação dos Efeitos da Política de Assistência Estudantil na Universidade do
Estado do Amazonas-UEA**

Ana Lúcia Dos Prazeres Pereira
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

ANA LÚCIA DOS PRAZERES PEREIRA

Avaliação dos Efeitos da Política de Assistência Estudantil na Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Marco A Marques Ferreira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

P436a
2024
Pereira, Ana Lúcia dos Prazeres, 1975-
Avaliação dos efeitos da política pública de assistência
estudantil da Universidade do Estado do Amazonas-UEA / Ana
Lúcia dos Prazeres Pereira. – Viçosa, MG, 2024.
1 dissertação eletrônica (102 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2024.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.793>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Ensino superior - Amazonas - Política governamental.
2. Estudantes - Programas de assistência - Amazonas. I. Ferreira,
Marco Aurélio Marques, 1976-. II. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Administração e Contabilidade.
Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 22. ed. 378.3

ANA LÚCIA DOS PRAZERES PEREIRA

Avaliação dos Efeitos da Política de Assistência Estudantil na Universidade do Estado do Amazonas-UEA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 1 de outubro de 2024.

Assentimento:

Ana Lúcia Dos Prazeres Pereira
Autora

Marco Aurelio Marques Ferreira
Orientador

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 02/12/2024 às 15:22:17 e pelo orientador em 05/12/2024 às 15:00:26. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **UIKB.N89P.U3A8** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Ao meu amado pai celestial, grande arquiteto do universo, a Ti toda honra e toda glória.

Ao meu pai José Pereira Lima (In Memoriam), por todo o amor, sustento e cuidado com a família.

À minha mãe, por todo amor, incentivo e orações; e aos meus amados irmãos, por me incentivarem a não desistir e a continuar na caminhada.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), por todo conhecimento que me proporcionou. Aqui deixo minha homenagem em nome de seu idealizador, Arthur Bernardes (In memoriam), grande defensor da Amazônia, enquanto atuava como deputado federal em 1949, por ocasião da ambição internacional pela região, por meio da Internacionalização da Hileia Amazônica.

À Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por me proporcionar a oportunidade de cursar o mestrado; aqui deixo minha homenagem ao seu idealizador Amazonino Mendes (In Memoriam), por não ter esquecido suas raízes, o que lhe ampliou a visão sobre a importância da educação superior em uma região cheia de peculiaridades que exige aventados esforços de seus gestores.

Ao Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara – CESIT/UEA, por ser minha segunda casa; aos meus colegas de trabalho, em especial à Marilene Nunes e aos meus amigos do cafezinho, por todo apoio e incentivo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração, pela oportunidade de cursar o mestrado.

Ao meu orientador, Professor Marco Aurélio Marques Ferreira, especialmente por me apresentar novos desafios e me incentivar no desenvolvimento deste trabalho – Deus sempre me conduziu aos sábios, gratidão!

A todos os professores que dividiram conosco seus conhecimentos, contribuindo para o nosso aprendizado e crescimento profissional.

À Professora Deolinda Lucianne Ferreira Garcia, que foi um Cri, cri... nos meus ouvidos para que eu me inscrevesse no Programa de Pós-Graduação, gratidão por tudo.

Aos meus colegas de turma, que mesmo a distância se faziam presentes no grupo de WhatsApp com conselhos, orientações e avisos, motivando e incentivando a caminharmos juntos rumo ao nosso objetivo, o Título de Mestre.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Ao Pai, Filho e Espírito Santo.

“Só sei que nada sei, e o fato de saber isso me coloca em vantagem sobre aqueles que acham que sabem alguma coisa.”

(Sócrates, 470 a. C; 399 a. C)

“Nisi utile est quod facimus, etulta est glória.”

“Se não for útil o que fazemos, a glória será vã.”

RESUMO

PEREIRA, Ana Lúcia Dos Prazeres, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2024. **Avaliação dos Efeitos da Política de Assistência Estudantil na Universidade do Estado do Amazonas-UEA**. Orientador: Marco Aurelio Marques Ferreira.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal da Organização das Nações Unidas (ONU) ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Entre esses objetivos estão a burca, por assegurar educação de qualidade, inclusiva e equitativa, que venha promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Nessa configuração se insere a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Reconhecendo sua relevância no estado do Amazonas, neste estudo o objetivo foi avaliar os efeitos da Política Pública de Assistência Estudantil na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Para essa finalidade, foram desenvolvidos três trabalhos inéditos, que consistem nos artigos desta dissertação. No primeiro estudo, objetivou-se avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na percepção da equipe coordenadora desse Programa e dos gestores das unidades acadêmicas da UEA. Como abordagem, optou-se pela realização da pesquisa qualitativa (entrevistas e análises documental e bibliográfica). Foi identificado que os efeitos produzidos pelas modalidades e ações do Programa influenciam, positivamente, a permanência e desempenho acadêmicos dos discentes. No entanto, apresentou algumas lacunas nos interiores, devido às particularidades da região e a outros fatores apresentados no decorrer deste trabalho. No segundo artigo, buscou-se analisar os elementos normativos, perceptivos e contextuais que caracterizam o PROAES/UEA, como forma de expressar a Teoria do Programa. Como técnicas de análise foi utilizada a pesquisa qualitativa (análises documentais e bibliográficas e entrevistas). É relevante explicitar que a proposta deste artigo foi agregar informações legais sobre o PROAES/UEA e organizá-las em torno de uma estrutura causal como demanda a teoria. Dessa forma, o estudo trouxe um instrumento para avaliação direcionada para as ações específicas do Programa, a partir da reunião e análise dos instrumentos e linhas de ações que aqui foram compilados e organizados a partir da abordagem do Modelo Lógico, concluindo-se que não basta apenas criar uma política pública, pois é necessário avaliá-la, analisar os resultados das ações e, a partir desses elementos, obter uma visão mais abrangente sobre o processo e desempenho da política. No último artigo, teve-se como propósito avaliar

os efeitos do Programa de Assistência Estudantil na percepção dos acadêmicos de graduação da Universidade do Estado do Amazonas, para o que se utilizaram, como objeto central de análise, os constructos “permanência no curso”, “desempenho acadêmico” e “satisfação”. Como técnicas de análise de dados foram utilizados o Alfa de Cronbach, os testes Mann-Whitey e a análise de Cluster e Kruskal-Wallis. Os resultados da influência das ações, dos auxílios e dos serviços oferecidos pelo PROAES/UEA na permanência e desempenho acadêmico dos discentes geraram efeitos positivos no combate à evasão escolar, favorecendo a conclusão do curso. Constatou-se a relevância da Universidade para o desenvolvimento sustentável, econômico e profissional e o enfrentamento das desigualdades sociais da região.

Palavras-chave: políticas públicas; assistência estudantil; ensino superior; amazonas

ABSTRACT

PEREIRA, Ana Lúcia Dos Prazeres, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, October, 2024. **Evaluation of the Effects of the Student Assistance Policy at the State University of Amazonas-UEA.** Adviser: Marco Aurelio Marques Ferreira.

The Sustainable Development Goals (SDGs) are a universal call from the United Nations (UN) for action to end poverty, protect the planet, and ensure that all people enjoy peace and prosperity. Among these goals are the burqa to ensure quality, inclusive, and equitable education that promotes lifelong learning opportunities for all. The National Student Assistance Policy (PNAES) is part of this configuration. Recognizing its relevance in the state of Amazonas, this study aimed to evaluate the effects of the Public Student Assistance Policy at the Amazonas State University (UEA). For this purpose, three unpublished works were developed, which consist of the articles in this dissertation. The first study aimed to evaluate the effects of the Student Assistance Program (PROAES) from the perspective of the coordinating team of this Program and the managers of the academic units of the UEA. As an approach, we chose to conduct qualitative research (interviews, and documentary and bibliographical analysis). It was identified that the effects produced by the Program's modalities and actions positively influence the students' academic performance and permanence. However, there were some gaps in the interior regions, due to the particularities of the region and other factors presented throughout this work. In the second article, we sought to analyze the normative, perceptive and contextual elements that characterize PROAES/UEA, as a way of expressing the Program Theory. Qualitative research (documentary and bibliographic analysis and interviews) was used as analysis techniques. It is important to clarify that the purpose of this article was to aggregate legal information about PROAES/UEA and organize it around a causal structure as required by the theory. Thus, the study provided an instrument for targeted assessment of the Program's specific actions, based on the collection and analysis of the instruments and lines of action that were compiled and organized here based on the Logical Model approach. It was concluded that it is not enough to simply create a public policy, as it is necessary to evaluate it, analyze the results of the actions and, based on these elements, obtain a more comprehensive view of the policy's process and performance. The last article aimed to evaluate the effects of the Student Assistance Program on the perception of undergraduate students at the Amazonas State University, for which the constructs "course retention", "academic

performance” and “satisfaction” were used as the central object of analysis. Cronbach's Alpha, Mann-Whitey tests, and Cluster and Kruskal-Wallis analysis were used as data analysis techniques. The results show the influence of the actions, assistance and services offered by PROAES/UEA on the retention and academic performance of students, generating positive effects in the fight against school dropout and favoring the completion of the course. The relevance of the University for sustainable, economic and professional development and for addressing social inequalities in the region was confirmed.

Keywords: public policies; student assistance; higher education; amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	12
OBJETIVOS.....	16
Objetivo Geral	16
Objetivos Específicos	16
REFERÊNCIAS	17
ARTIGO 1	18
CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ACADÊMICO	18
RESUMO	18
ARTICLE 1	19
CONTRIBUTIONS OF STUDENT ASSISTANCE TO PERMANENCE AND ACADEMIC PERFORMANCE	19
ABSTRACT	19
1 INTRODUÇÃO.....	20
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 Breve contextualização sobre o estado do Amazonas e a UEA	22
2.2 A importância das ações e modalidades da Política de Assistência Estudantil.....	23
2.3 Principais modalidades do Programa	23
2.4 Principais ações do Programa.....	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.1 Apontamentos teóricos da pesquisa qualitativa.....	27
3.2 Instrumentos e coleta dos dados	28
3.3 Análise dos dados	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6	REFERÊNCIAS	37
	ARTIGO 2	41
	CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO PROGRAMA PARA COMPREENSÃO DA ASSISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	41
	RESUMO	41
	ARTICLE 2	42
	CONTRIBUTIONS OF PROGRAM THEORY TO UNDERSTANDING ASSISTANCE AT THE AMAZONAS STATE UNIVERSITY	42
	ABSTRACT	42
1	INTRODUÇÃO	43
2	REVISÃO DE LITERATURA	45
2.1	Breve contextualização sobre o estado do Amazonas	45
2.2	Contextualização e evolução do PROAES/UEA	45
2.3	Avaliação, Teoria do Programa e Modelo Lógico	47
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
3.1	Apontamentos Teóricos da Pesquisa	51
3.2	Instrumentos e Coleta dos Dados	51
3.3	Análise dos dados	53
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6	REFERÊNCIAS	59
	ARTIGO 3	62
	EFEITOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO	62
	RESUMO	62

ARTICLE 3	63
EFFECTS OF STUDENT ASSISTANCE ON PERMANENCE AND ACADEMIC PERFORMANCE OF GRADUATE STUDENTS	63
ABSTRACT	63
1 INTRODUÇÃO.....	64
2 REVISÃO DE LITERATURA	66
2.1 A Política Nacional de Assistência Estudantil	66
2.2 O Programa de Assistência Estudantil na UEA	66
2.3 Desempenho acadêmico e permanência no curso	69
2.4 Satisfação dos discentes	70
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	72
3.1 Apontamentos teóricos da pesquisa.....	72
3.2 Procedimentos de coleta de dados	73
3.3 Procedimentos analíticos	73
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	74
4.1 Análise descritiva dos dados	74
4.2 Validação dos constructos pelo Alpha de Cronbach	77
4.3 Teste paramétrico Mann-Whitney	78
4.4 Análise de Cluster.....	81
4.5 Teste de médias Kruskal-Wallis	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
6 REFERÊNCIAS	87
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	90
APÊNDICES	92
APÊNDICE A – FORMULÁRIO	93
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	96

INTRODUÇÃO GERAL

Amazônia, região de vasta diversidade cultural e biológica, enfrenta desafios singulares no que tange à educação e ao desenvolvimento social. Sua extensão territorial, combinada com a dispersão populacional e a variedade de grupos étnicos, cria um cenário complexo para a implementação de políticas educacionais eficazes. Nesse contexto, torna-se imperativo estudar as políticas educacionais aplicadas na região, especialmente em relação ao seu papel na mitigação das desigualdades sociais, que persistem entre as diferentes comunidades (Santos, 2024).

Além disso, o acesso à educação na Amazônia é frequentemente limitado por infraestruturas inadequadas e recursos escassos. Esses obstáculos são amplificados pela logística desafiadora de conectar áreas remotas e dispersas, o que torna a implementação de políticas educacionais consistentes um empreendimento complexo (Santos, 2024). Desse modo, Almeida, Silva e Stribel (2023) ressaltam a necessidade de conceber a democracia moderna por meio de prismas que reconheçam as especificidades regionais, sugerindo que a qualidade da educação é diretamente impactada pela capacidade de adaptar as abordagens educacionais às crises locais.

Já na percepção de Costa (2018) a estrutura social da Amazônia está intrinsecamente ligada às crises políticas do Brasil. Essas crises refletem e exacerbam as dificuldades encontradas no campo educacional, em que a desigualdade social e econômica prevalecente impede muitos de acessar uma educação de qualidade. É fundamental que as políticas públicas sejam orientadas não apenas para superar barreiras geográficas, mas também para combater as iniquidades sociais que persistem na região.

Segundo Nascimento Neto (2021), “no campo das políticas públicas, área do conhecimento que faz parte das ciências políticas, objeto de estudo que envolve, muitas vezes, a análise de ações multidisciplinares”, podemos observar que, apesar de não haver definição hegemônica, as políticas públicas podem ser entendidas como grande área relacionada aos interesses de vários setores da sociedade e aos direitos fundamentais da população, atendidos por um conjunto de medidas, ações e programas desenvolvidos pelo estado.

Com esse entendimento, Gomes, Brasileiro e Gomes (2023) destacam que os principais marcos legais que fornecem embasamento para a Assistência Estudantil no Brasil são: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais

(REUNI) de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010, a Lei de Cotas de 2012 e o Plano Nacional de Educação (PNE, do decênio de 2014 a 2024).

Partindo para a Assistência Estudantil, principal tema deste estudo, enfatizamos que o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) entrou em vigor a partir da Portaria Normativa Nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC). Em 2010, tal instrumento legal foi transformado no Decreto Nº 7.234/2010. Devido à sua relevância enquanto política pública no enfrentamento das desigualdades sociais no país, no dia 4 de julho foi instituída como Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Lei Nº 14.914/2024.

A legislação agora sancionada trata de outros nove programas em áreas como moradia estudantil e transporte para alunos. A nova lei tem como objetivo central garantir a permanência dos estudantes de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica até a conclusão dos respectivos cursos. Em razão de sua autonomia administrativa, as instituições federais definirão seus critérios e sua metodologia para a seleção dos beneficiários (Brasil, 2024).

Conforme De Assis *et al.* (2013), a assistência estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, que busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público brasileiro, nas perspectivas de inclusão social, produção de conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

No âmbito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), um dos primeiros passos rumo à construção da Política de Assistência Estudantil na instituição foi o Projeto de Apoio Estudantil (PAE), criado em 2003. No ano seguinte, esse Projeto se transformou no Programa de Manutenção dos Estudantes Carentes – Casa do Estudante, tendo um investimento total de recursos do governo do estado de 2.114.891,88 (dois milhões cento e quatorze mil oitocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

Com o passar dos anos, aumentou-se a demanda na instituição, havendo necessidade de novas atualizações nas legislações. Para esse fim, seguindo a legislação federal e tomando a autonomia universitária prevista no Art. 207 da CF de 1988, a UEA aprovou a Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV, que instituiu o Programa de Assistência Estudantil (PROAES) – Programa destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados e frequentando os cursos de graduação.

O PROAES/UEA visa garantir o acesso, permanência e conclusão do curso, nas perspectivas de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida. Seu objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Pautada nos preceitos constitucionais e na busca por construir uma sociedade justa, igualitária e fraterna, a universidade reiteradamente preocupou em amparar a juventude de baixa renda. No entanto, isso exige almeçados esforços devidos às particularidades da região e de sua imensa área territorial. Como destaca Santos (2024), que realizou pesquisa para comparar as políticas educacionais e as desigualdades sociais na região amazônica e identificar e analisar os impactos dessas políticas na redução das disparidades educacionais entre as diferentes comunidades amazônicas.

Os pesquisadores revelaram em seus resultados uma persistente desigualdade no acesso e na qualidade da educação oferecida, apontando para a necessidade de políticas mais robustas e especificamente adaptadas às realidades locais. Ademais, a pesquisa evidenciou que, apesar de alguns avanços, as políticas educacionais ainda são insuficientes para superar os desafios estruturais e socioeconômicos enfrentados pelas populações locais. Portanto, é necessária a implementação de estratégias educacionais mais inclusivas e contextualizadas, que considerem as particularidades culturais e geográficas da Amazônia (Santos, 2024).

Dado o exposto, surge o seguinte questionamento ao qual este estudo visa responder: Quais são os efeitos gerados pelo Programa de Assistência Estudantil da UEA nos acadêmicos dos cursos de graduação? Isso tendo em vista a importância de alcançar os objetivos previstos nas legislações, minimizar a evasão escolar e promover a igualdade de oportunidade, a permanência no curso e a formação acadêmica.

A opção pelo tema foi a importância do Programa no estado, uma vez que a universidade está distribuída em grande parte do território amazonense. Assim, dissemina a educação superior e faz a distribuição dos benefícios assistenciais aos discentes considerados em vulnerabilidade socioeconômica, compreendendo que a educação é o caminho mais seguro para o crescimento econômico, social e sustentável.

Em vista disso, o esforço basilar para o desenvolvimento deste trabalho fundamenta-se tanto nos métodos qualitativos quanto quantitativos, contextuais e numéricos, explorando a literatura nacional e alguns trabalhos internacionais, com o intuito de aprofundar o conhecimento teórico. Ademais, reflete a realidade e subjetividade vivenciadas por gestores, servidores e alunos da UEA, no que tange à Política de Assistência Estudantil na instituição.

Espera-se que, ao responder à questão proposta, sejam obtidas informações que contribuam tanto para a literatura nacional quanto para o planejamento de possíveis ações focadas no contexto das universidades brasileiras, principalmente as da Região Norte, com vistas ao aperfeiçoamento das relações entre estado, administração pública e sociedade civil.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Avaliar os efeitos da Política Pública de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Objetivos Específicos

- i) Avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na percepção da equipe coordenadora do Programa e dos gestores das unidades acadêmicas da UEA, para a permanência e desempenho acadêmico dos discentes.
- ii) Identificar e analisar os elementos normativos, perceptivos e contextuais que caracterizam o PROAES/UEA como forma de expressar a teoria do Programa.
- iii) Avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil na percepção dos acadêmicos de graduação da UEA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7. 234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais Nº 1/1992 a 108 de 2020, pelo Decreto Legislação Nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão Nº 1 a 6/1994, 1988/202. Brasília, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2024. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20\(PNAES\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Assist%C3%A2ncia%20Estudantil%20(PNAES).) Acesso em: 4 jul. 2024.

COSTA, Sérgio. Estrutura Social e Crise Política no Brasil. **Dados**, v. 61, n. 4, p. 499-533, out. 2018.

DE ALMEIDA, Janderson Gustavo Soares *et al.* Os obstáculos para estabelecer a democracia moderna no século XXI: conceito, qualidade e crise. **Nova Hileia: Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, [S.l.], v. 13, n. 3, mar. 2023. ISSN 2525-4537.

DE ASSIS, Anna Carolina Lili *et al.* As políticas de assistência estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 6, n. 4, p. 125-146, 2013.

GOMES, Helana Miranda da Cruz; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo; GOMES, Luís Alípio. Assistência Estudantil e Educação Superior: avanços e desafios em uma universidade pública na Amazônia. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023023, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2226. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2226>.

NASCIMENTO, Paulo Neto. **Gestão de políticas públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos.** Curitiba: Intersaberes, 2021.

SANTOS, Adriane de Oliveira. Políticas educacionais e desigualdades sociais na Amazônia: um estudo comparativo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 10, n. 7, p. 900-912, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i7.14862. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14862>. Acesso em: 12 jan. 2024.

UEA. **Resolução N. 05/2021 – CONSUNIV** – Aprova o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2021.

ARTIGO 1

CONTRIBUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ACADÊMICO

RESUMO: Neste estudo, teve-se como objetivo avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na percepção da equipe coordenadora do Programa e dos gestores das unidades acadêmicas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tomando como referência como os anos de 2021 a 2023, as dimensões Permanência e Desempenho acadêmico foram exploradas a partir da análise documental e de conteúdo, aplicando como metodologia a pesquisa qualitativa sobre a teoria desenvolvida por Bardin (2011). Num esforço para desvendar o conteúdo latente, sob o viés dos caracteres crítico, legislativo e interpretativo. Constatou-se pelos resultados que as modalidades e ações do Programa produzem efeitos positivos para permanência e rendimento acadêmico dos discentes com fragilidade socioeconômica, além de mitigar outras demandas sociais dos alunos. Todavia, constataram-se, também, algumas deficiências nas ações do interior do estado, principalmente as relacionadas ao transporte e à alimentação.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Políticas Públicas; Educação Superior.

ARTICLE 1**CONTRIBUTIONS OF STUDENT ASSISTANCE TO PERMANENCE AND
ACADEMIC PERFORMANCE**

ABSTRACT: This study aimed to evaluate the effects of the Student Assistance Program (PROAES) from the perspective of the Program's coordinating team and the managers of the academic units of the State University of Amazonas (UEA). Taking the years 2021 to 2023 as a reference, the dimensions of Permanence and Academic Performance were explored based on documentary and content analysis, applying qualitative research on the theory developed by Bardin (2011) as a methodology. In an effort to uncover the latent content, from the perspective of critical, legislative, and interpretative aspects, the results showed that the Program's modalities and actions produce positive effects on the retention and academic performance of students with socioeconomic fragility, in addition to mitigating other social demands of students. However, some deficiencies in the actions in the interior of the state were also found, mainly those related to transportation and food.

Keywords: Student Assistance; Public Policies; Higher Education.

1 INTRODUÇÃO

Em pesquisas na literatura sobre a educação superior no Brasil, podemos observar amplo debate em diversas áreas dos saberes, e no centro dessa discussão está a garantia de uma educação de qualidade e de igualdade para todos, direitos esses previstos na Constituição Federal de 1988. Para tanto, deve-se pensar também acerca de sua função social; e da inserção e permanência das classes menos favorecidas no Ensino Superior Público.

Nesse sentido, Maurício *et al.* (2020, p. 202) apontam que identificar estratégias que representem efetivamente avanços significativos no caminho de dirimir desigualdades históricas e equalizar oportunidades são relevantes para que estudantes de grupos menos favorecidos permaneçam em sala de aula e concluam os cursos superiores nas universidades da Região Norte do Brasil.

Nesse sentido, a justificativa para se estudar o tema proposto advém da relevância da Política de Assistência Estudantil no Estado do Amazonas, uma vez que suas particularidades regionais e territoriais impõem desafios para o executor das ações dessa política pública na Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Os avanços na tecnologia da informação e da comunicação ajudaram a UEA a vencer as distâncias geográficas, as dificuldades de comunicação e de acesso a comunidades cujo trajeto pode exigir vários dias de viagem de barco, num estado que ocupa 18% do território nacional e uma área com um milhão e meio de quilômetros quadrados de florestas cortadas por alguns dos maiores rios do mundo (PDI, 2012-2016).

Com essa visão em busca de aprimorar a assistência estudantil na instituição e tomando a autonomia universitária prevista no Art. 207 da CF/1988, a UEA aprovou a Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV, que instituiu o Programa de Assistência Estudantil (PROAES). Programa esse destinado aos seus estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados e frequentando os cursos de graduação e pós-graduação. O PROAES/UEA tem por finalidade garantir o acesso, a permanência e a conclusão do curso, nas perspectivas de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Entre os pesquisadores desse campo de estudos, destacam-se Filho *et al.* (2007, p. 142), que acentuam a evasão como um problema que aflige as instituições de ensino em geral e vem afetando os resultados dos sistemas educacionais. Para esses autores, estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos, causam desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. Desse modo, esta pesquisa vislumbra sanar a seguinte questão: Quais são os efeitos gerados pelo

Programa de Assistência Estudantil – PROAES/UEA, para a permanência e desempenho acadêmico dos alunos de graduação?

A partir desses questionamentos, neste estudo o objetivo foi avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na percepção da equipe coordenadora do Programa e dos gestores das unidades acadêmicas da UEA. Assim, este trabalho se mostrou relevante devido ao fato de trazer à tona a percepção da realidade vivenciada pelos gestores e profissionais de outras áreas específicas que trabalham diretamente no desenvolvimento das ações do Programa, a fim de atender os discentes em vulnerabilidade socioeconômica na universidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve contextualização sobre o estado do Amazonas e a UEA

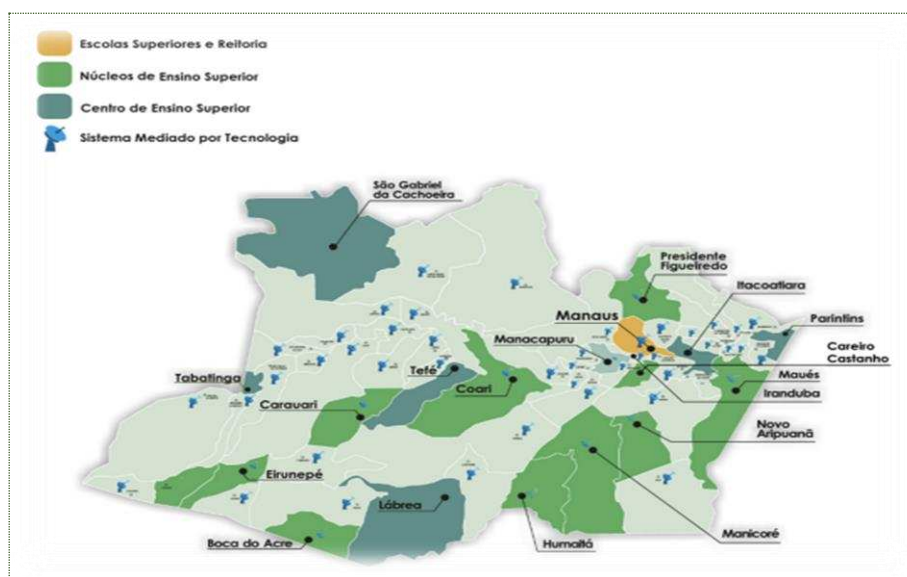
“Um olhar sobre a situação em cada uma das regiões brasileiras no atendimento às faixas etárias da escolarização obrigatória e na garantia do direito à educação confirma que a exclusão se dá em proporções maiores nas áreas rurais” (UNICEF, 2021). Apesar das quedas nos últimos anos do analfabetismo, atualmente ainda existem no estado do Amazonas cerca de 5,6% de pessoas acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever (IBGE, 2023).

No Amazonas, as cidades localizadas às margens dos rios convivem com a realidade da subida e descida das águas, principalmente aquelas situadas em áreas planas, acarretando mudanças diárias na vida das famílias. Essa realidade é mais evidente quando visualizamos o cotidiano das famílias que vivem às margens dos rios amazônicos ou em áreas de várzea, pois a variação de níveis de água ocorre por todo o ano e constitui fenômenos naturais distribuídos por várias localidades da extensão do rio Amazonas (Serudo, 2022).

Assim como a região, a universidade também possui suas particularidades, diferenciando-se das outras instituições de ensino superior do Brasil. Idealizada em 2001, pelo desejo de sua Excelência, o Senhor Amazonino Mendes (*in memoriam*), governador do estado, a UEA é considerada a maior universidade *multicampi* do país. Atualmente, possui seis Escolas de Ensino Superior instaladas em Manaus, seis Centros e 16 Núcleos de Ensino Superior localizados em municípios do interior do estado, além das 21 unidades menores, denominadas Polos, por meio das quais a universidade está presente em grande parte dos municípios da região, seja na modalidade presencial, seja mediada por tecnologia, como ilustra a Figura 1.

Sabedores de que nenhum país pode aspirar ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação, não resta dúvida de que a UEA tem papel importante para alavancar e consolidar esse processo. Esse desenvolvimento constitui, antes de tudo, um grande desafio, em razão das características geográficas, da extensão territorial e das longas distâncias do estado em relação a outros centros, em que, às vezes, o rio, único caminho possível, mesmo assim é prejudicado nos períodos das vazantes (PDI, 2007/2011).

Figura 1– Mapa destacando a abrangência da UEA (capital e interior)



Fonte: Relatório de Gestão – UEA (Exercício 2019).

2.2 A importância das ações e modalidades da Política de Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é de suma importância para o progresso do Brasil. Tanto é que, recentemente, deixou de ser apenas um Decreto Nacional e se transformou na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pela Lei Nº 14.914, de 03 de julho de 2024. Tendo como finalidade ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior, na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

Atualmente, essa nova lei traz em sua estrutura 10 programas e várias ações para minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, como garantir a permanência de estudantes nos cursos educação pública federal, a conclusão desses cursos e a redução das taxas de retenção e de evasão; e promover a melhoria do desempenho acadêmico e a inclusão social pela educação e pela diplomação dos estudantes (Brasil, 2024). Dito isso, trataremos subsequentemente de algumas das categorias desse serviço, sob a luz da literatura, especificamente de algumas modalidades e ações dessa política pública na UEA.

2.3 Principais modalidades do Programa

Destacamos, a princípio, o trabalho realizado por Machado, Oliveira e Freitas (2020), que propuseram a Avaliação do Impacto dos Benefícios da Assistência Estudantil. Esses pesquisadores fizeram o pareamento de grupos que receberam benefícios do PNAES com os

que não receberam, utilizando características observáveis comuns. Obteve-se como resultado um impacto positivo do recebimento dos benefícios – alimentação, moradia, transporte e bolsa-permanência – sobre o desempenho dos alunos.

A **alimentação saudável** (alimentos de qualidade e em quantidade suficiente), nutricionalmente adequada ao acesso permanente e regular, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, é um direito humano básico estabelecido pela CF/1988 (“grifo nosso”). Dados da pesquisa sobre Segurança Alimentar no Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que no Amazonas existem dois milhões de amazonenses vivendo em insegurança alimentar. Desse total, mais de 400 mil enfrentam o quadro mais grave do problema, que pode chegar, inclusive, à fome (IBGE, 2023).

Mussio (2015) realizou estudo nas universidades federais brasileiras sobre a alimentação no âmbito da assistência estudantil, para o ensino superior. Ele concluiu que as ações de alimentação nas universidades estão vinculadas à Assistência Estudantil e com as demais ações dessa área, viabilizando a permanência dos estudantes no ensino superior público. Isso se conecta com a política da instituição em atender os alunos mais vulneráveis.

Em relação à **moradia estudantil** (casa do estudante), a pesquisa realizada por Bueno (2020) buscou avaliar a capacidade do auxílio-moradia em garantir a permanência dos discentes na universidade (“grifo nosso”). Nos resultados deste estudo, esse autor obteve a confirmação de que o auxílio-moradia foi efetivo em garantir a permanência dos alunos no IFCE, em Sobral.

Já na pesquisa realizada por Cardoso (2023), que fez uma análise comparativa do déficit habitacional com a inadequação da moradia na Região Norte, ele destacou os estados do Pará e do Amazonas e as regiões metropolitanas de Belém e Manaus. Os resultados evidenciaram segregação espacial, aumento do déficit habitacional e baixos investimentos. Isso explicita a incipiência de políticas públicas direcionadas aos estratos sociais mais vulneráveis e à necessidade de estratégias de mobilização da população pelo direito à moradia.

Os resultados encontrados por Cardoso (2023) coincidem com os do relatório apresentado em maio de 2020, amplamente divulgado na mídia no período de isolamento social, quando se revelou que, no Amazonas, mais de 393.995 moradias são consideradas aglomerados subnormais. Nessas moradias residem, em geral, populações com condições socioeconômicas de saneamento e de moradia mais precárias, moradias essas conceituadas pelo IBGE como Aglomerados Subnormais (Barbosa; Sjlender, 2020).

Outra modalidade do Programa a se avaliar, devido às características regionais e territoriais, é o **auxílio-transporte**. Na UEA, esse benefício é disponibilizado para estudantes

da capital do estado. Na assistência estudantil, esse auxílio pode ser caracterizado como benefício assistencial aos estudantes do ensino superior provenientes de famílias de baixa renda, para sua permanência na universidade (“grifo nosso”).

No estudo de Pinto, Garcia e Chalco (2013) sobre a necessidade da educação nas comunidades de várzea do interior do estado do Amazonas, o transporte caracteriza-se como uma das maiores dificuldades na região, pois o percurso é feito por embarcações (canoas, voadeiras, motores de rabeta e barcos). Em sua grande maioria, o custo do trajeto é feito pelo próprio aluno.

Nesse sentido, as causas da evasão dos estudantes, em especial dos que se encontram em contextos mais vulneráveis, são diversas, como de ordens social, econômica, cultural, institucional, pedagógica e de mobilidade, entre outras demandas sociais que se apresentam no contexto acadêmico. Portanto, vale acentuar que os **fatores econômicos** podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja por falta de recursos necessários ao acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho – “grifo nosso” (Vargas, 2008, p. 50).

Como podemos observar nos estudos de Araújo *et al.* (2019) sobre o impacto da implantação da assistência estudantil na permanência no ensino superior público brasileiro, realizado no IFCE Campus Iguatu, durante o período de 2011 a 2015, os resultados confirmaram que a assistência estudantil, por meio de seus diversos mecanismos, como auxílios financeiros, é uma política efetiva para garantir a permanência de estudantes no ensino superior público brasileiro.

No caso da Região Norte, apesar de estar em constante evidência no Brasil e, principalmente, no exterior, a região amazônica vive sob holofotes de discussões e questionamentos quanto ao seu desenvolvimento econômico e sustentável, em que a defesa do meio ambiente e a questão climática estão sempre em pauta e tudo que isso passou a integrar a vida nacional. No entanto, as mesmas mazelas sociais ainda são evidentes na região, sendo as políticas públicas importante ferramenta do estado na defesa dos direitos dos cidadãos e na mitigação das desigualdades sociais.

2.4 Principais ações do Programa

Por meio do PNAES foram estabelecidos procedimentos e ações de apoio aos estudantes de baixa renda no ensino superior público. Entre essas ações, destaca-se o **acompanhamento**

pedagógico, visando à melhoria no desempenho acadêmico, à retenção e ao combate à evasão nos cursos de graduação – “grifo nosso” (Souza; Oliveira, 2024, p. 102).

Na pesquisa realizada por Souza e Oliveira (2024) sobre acompanhamento pedagógico no ensino superior, intitulada “Perspectivas à Luz do Programa Nacional de Assistência Estudantil”, esses autores abordaram a importância e contribuições do apoio pedagógico como ação afirmativa que promove a permanência de grupos sociais com desigualdades históricas de acesso à educação superior. Ademais, a ação também constitui um elo entre a arte de ensinar e a arte do aprender, por se apresentar como apoio ao estudante e capaz de orientá-lo durante seu percurso formativo.

Outra ação importante do PROAES/UEA está relacionada a um dos maiores bens do ser humano, a **saúde** (grifo nosso). Em estudo realizado por Trindade, Salaroli e Almeida (2022) em oito universidades públicas federais da Região Nordeste, com o intuito de mapear ações de atenção à saúde estudantil, seus principais achados foram: atendimentos médico, odontológico, psicológico e de enfermagem; programas de promoção da saúde e prevenção de doenças; e encaminhamentos para serviços especializados na rede pública de saúde.

Outrossim, a pesquisa realizada por Silva e Heleno (2012) investigou a Qualidade de Vida e Bem-Estar Subjetivo de Estudantes Universitários, cujos resultados indicaram a necessidade de pensar em ações de prevenção e promoção da saúde. Isso dentro de uma ampliação da política de assistência ao estudante, com intervenções psicossociais que reflitam satisfatoriamente no bem-estar subjetivo e na qualidade de vida do discente.

Outro ponto importante a se destacar é a “contribuição da assistência estudantil para o acesso aos alunos cotistas nas universidades públicas brasileiras” (Pinheiro; Pereira; Xavier, 2021). A Lei de **Cotas**, cujo objetivo é ampliar o acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tem por finalidade a destinação de 50% das vagas reservadas a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas. Esse percentual se configura também entre os oriundos de famílias com renda inferior a um salário mínimo e meio e entre os autodeclarados negros, pardos e indígenas – “grifo nosso” (Batista; Santos, 2017).

Na pesquisa realizada por Batista e Santos (2017), eles buscaram avaliar a eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil para a permanência de cotistas nos cursos de graduação da Universidade Federal da Paraíba, no período de 2012 a 2016. Evidenciaram a eficácia do Programa quanto à dimensão qualidade da permanência dos cotistas assistidos pelo PNAES.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

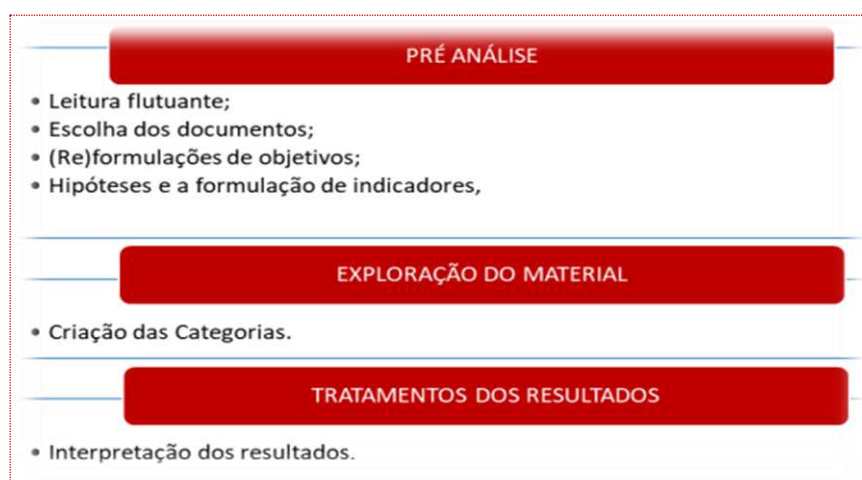
Ressaltamos que, para o início desta pesquisa e da coleta dos dados, foram respeitados os procedimentos e legislações estabelecidos pela Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Assim ficou explícito que as atividades de pesquisa somente foram iniciadas após aprovação desse Comitê.

3.1 Apontamentos teóricos da pesquisa qualitativa

Segundo Souza e Santos (2020), a pesquisa é compreendida como um conjunto de ações que visam a novas descobertas e estudos em determinada área, o que consiste em um processo metodológico de investigação, recorrendo-se a procedimentos científicos para encontrar respostas para um problema.

Nesse prisma, Minayo (2010) considera que a abordagem qualitativa remete ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Esse estudo se deu por meio de pesquisa de campo, utilizando-se da técnica de Análise de Conteúdo defendida por Laurence Bardin (Figura 2).

Figura 2 – Sequência técnica da análise de conteúdo



Fonte: Bardin (2011 *apud* Souza, 2020).

Também foi utilizada a pesquisa documental, com a intenção de descrever o fenômeno social investigado, mediante documentos relacionados à temática em foco. Pádua (2004) afirma que a pesquisa dessa natureza é realizada a partir de documentos contemporâneos ou

retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. E a pesquisa bibliográfica para embasamento teórico, que, segundo Gil (2002, p. 44), “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos”.

3.2 Instrumentos e coleta dos dados

Os instrumentos utilizados para coleta de dados foram: (i) Formulário qualitativo, composto por 19 questões classificadas em abertas e fechadas; e (ii) Entrevistas Semiestruturadas, realizadas via Google Meet, com os sujeitos envolvidos no processo de investigação, as quais, posteriormente, foram analisadas e transcritas.

“O formulário é um dos instrumentos essenciais para investigação social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente dos entrevistados” (Marconi; Lakatos, 2007, p. 214). Partindo dessa premissa, relatamos o que se segue: houve oito sujeitos que responderam ao formulário, entre os meses de fevereiro e março de 2024. Tais informações constam no Quadro 1.

Quadro 1 – Características dos sujeitos pesquisados.

EQUIPE TÉCNICA/CAC – PROEX			GESTORES – UNIDADES ACADÊMICAS		
SUJEITOS: servidores públicos 4- Entrevistados			SUJEITOS: servidores públicos 4- Entrevistados		
Servidor – Função	Profissão e escolaridade	Ano de atuação na função	Servidor e função	Profissão e escolaridade	Ano de atuação na função
Comissionado – Coordenação	Professora – Mestra	8	Efetivo – Gerente de Núcleo	Professora – Especialista	2
Contrato – Assessora-Técnica	Assistente Social – Especialista	12	Efetivo – Diretor de Centro	Professor – Doutor	2
Contrato – Assessora-Técnica	Assistente Social – Especialista	7	Efetivo – Coordenador de Curso	Engenheiro Florestal – Mestre	2
Contrato – Assessora Técnica	Pedagoga – Especialista	5	Efetivo – Gerente de Núcleo	Técnico em Administração	2

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

3.3 Análise dos dados

Entre uma série de procedimentos, das concepções e falas concedidas por meio dos instrumentos, foi possível formular indicadores a serem categorizados nas fases posteriores. No Quadro 2, apresentam-se os elementos de marcação que caracterizam os indicadores deste estudo, tendo as palavras que apareceram com mais frequência.

Quadro 2 – Unidades de registro das falas dos entrevistados sobre o PROAES

Unidade de registro	Número de ocorrência de palavras	Tema de análise
Alimentação	20	Avaliar a importância e o efeito da categoria alimentação na percepção dos entrevistados, para permanência e desempenho acadêmico.
Moradia	29	Idem
Transporte	31	Idem
Fatores econômicas	18	Analisar a contribuição do auxílio-socioeconômico (pecúnia) para permanência e desempenho acadêmico.
Acompanhamento pedagógico	18	Avaliar a influência do acompanhamento pedagógico no desempenho acadêmico.
Saúde	16	Avaliar as ações e os serviços de saúde do Programa para permanência e desempenho acadêmico.
Cotas	6	Analisar os efeitos da política de assistência estudantil na percepção dos entrevistados, para garantir a permanência e desempenho dos alunos cotistas.
Qualidade de vida	10	Avaliar a contribuição das modalidades do Programa, suas ações e atividades, para garantir a qualidade de vida do discente beneficiado pela Assistência Estudantil.

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

A pós o levantamento das oito categorias, veio a consolidação de duas categorias finais, os efeitos das modalidades da Assistência Estudantil e as ações da Assistência Estudantil, promovem a qualidade de vida. Tais ações integram os agrupamentos das categorias iniciais e trazem informações por meio de um conjunto de expressões oriundas dos documentos e fomentadas por um conceito/inferência norteadora (Fossa, 2003).

Para manter o anonimato dos respondentes da pesquisa, no caso da equipe técnica os sujeitos são nomeados como Técnico 1 (T-1), Técnico 2 (T-2), Técnico 3 (T-3) e Técnico 4 (T-4), sendo os Gestores das Unidades nomeados de Gestor 1 (GT-1), Gestor 2 (GT-2), Gestor 3 (GT-3) e Gestor 4 (GT-4), de acordo com a ordem cronológica das entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As modalidades da Assistência Estudantil e seus efeitos: nessa temática, apresentamos os efeitos das principais modalidades do Programa e de sua relevância para garantir permanência e desempenho acadêmico (grifo nosso). A política de assistência estudantil da UEA é direcionada pela Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV. Essa Resolução aprovou o regulamento para concessão de auxílios estudantis aos acadêmicos em vulnerabilidade socioeconômica com renda *per capita* de até um salário e meio.

Entre as linhas que atuam frente a esse problema público estão as seguintes modalidades: (i) Moradia Estudantil (casa do estudante), que é destinada aos alunos de municípios diversos ao seu de origem; (ii) Alimentação (Restaurante Universitário), em que são destinadas refeições aos discentes (café da manhã, almoço e jantar). No entanto, o auxílio é disponibilizado somente nas Escolas e Centros; (iii) Transporte, destinado somente aos alunos da capital do estado; e (iv) Auxílio-socioeconômico, apoio financeiro ao aluno em vulnerabilidade socioeconômica.

Os direitos sociais concebidos e garantidos pela CF/1988, em seu artigo 6º, *caput*, fazem alusão especial ao direito à moradia, pois, ao lado da alimentação, a habitação figura no rol das necessidades mais básicas do ser humano. A moradia estudantil insere-se no contexto atual como fator determinante para a garantia de permanência na universidade, evidenciando seu papel como equipamento multifuncional, que deve compor o programa de atividade para a vida no campus (Weis *et al.*, 2017).

Isso se confirma no estudo de Bueno (2020), que avaliou a capacidade do auxílio-moradia em garantir a permanência dos acadêmicos do Instituto Federal de Sobral. **A Moradia Estudantil (Casa do Estudante)** é um benefício social que contribui para a formação acadêmica, gerando efeito positivo no combate à evasão escolar (grifo nosso), o que pode ser constatado quando (T-1) fala que:

Para que a gente pudesse dar o acolhimento aos alunos que vinham do interior estudar na capital, se entendeu que a moradia estudantil seria essencial para esse processo, então houve a primeira institucionalização da Casa do Estudante aqui (Capital do Estado) em 2003. Pelo nosso acompanhamento e pelo próprio retorno dos alunos o auxílio é fundamental, muitos alunos nos escrevem e demonstram que a partir do nosso acompanhamento, que sem um apoio eles não estariam na universidade, eles não teriam conseguido, sobretudo os alunos da Casa do Estudante, que vem do interior estudar em Manaus. Eles não teriam condições de concluir com êxito. Não falo nem de desistir, mas, concluir com êxito, sem o apoio que assistência estudantil da universidade dá durante esse percurso de formação seria impossível, a palavra é impossível.

Assim como a moradia, a alimentação e a nutrição constituem direitos fundamentais do ser humano. A garantia desses direitos implica obrigações específicas do Estado e da sociedade, como o acesso físico e econômico a uma alimentação saudável. Com o objetivo de garantir esse direito, a UEA disponibiliza para sua comunidade acadêmica o **Auxílio-Alimentação (Restaurante Universitário – RU)**, oferecendo alimentação de qualidade a baixo custo (R\$1,80 o almoço e o jantar, e R\$0,80 o café da manhã), em condições higiênico-sanitárias adequadas e nutricionalmente balanceadas (grifo nosso).

A relevância desse benefício de alimentação foi constada no estudo de Dias (2015), que teve como objetivo verificar a eficácia desse auxílio na política de assistência estudantil, no âmbito do IFTO – Campus Palmas, e em sua adequação às necessidades dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal fato confirma que esse benefício contribui para a permanência desses estudantes na instituição, o que vai ao encontro da percepção de (GT-2):

As unidades que possuem cursos regulares também possuem o Restaurante Universitário, onde nós temos uma alimentação a um custo bem acessível, é uma alimentação com uma qualidade razoável. A presença de um restaurante universitário que atenda aos alunos já facilita a vida do aluno. Aqui particularmente como gestor posso dizer que uma das coisas que nós tentamos fazer, é melhorar a condição de permanência desse aluno na universidade, e o próprio restaurante, acaba incentivado eles a ficarem, então é fundamental que esse programa exista dentro da universidade.

No caso da Universidade do Estado do Amazonas, cabe salientar que, devido ao número de unidades acadêmicas distribuídas nos municípios, somente as seis Escolas Superiores da Capital e os seis Centros Superiores do interior possuem Restaurantes Universitários. Como relatado por (GT-1):

Aqui nós não temos nenhum auxílio do programa no momento porque nós somos Núcleo, para Núcleo é pouco limitado devido sua nomenclatura, que é diferente dos Centros, que tem aquela abrangência maior de cursos, de professores, de servidores efetivos. No edital passado uma aluna de administração foi contemplada com o Auxílio socioeconômico no valor de 600 reais, nós temos muitos alunos carentes que necessitam desses auxílios, é superimportante. Então assim, se a gestão superior puder abranger um maior número de vagas, de oferta para o interior, ter uma visão mais voltada para o interior, nós agradecemos. Porque aqui, no nosso núcleo é um dos mais longínquos, fica a 1.200 km da Capital. Então, nossa logística aqui é muito, difícil, no período de seca nós somos bem afetados.

O **Auxílio-Transporte** foi uma das modalidades mais citadas nas entrevistas, como um dos maiores problemas da região, devido à sua extensão territorial e logística, pois a grande maioria dos municípios não possui transporte público terrestre ou fluvial, somente particular ou por meio de mototáxi (grifo nosso). Isso se confirma nas falas de (GT-2):

Aqui não recebemos auxílio transporte, eu posso estar enganado, mas eu acredito que nenhuma unidade da universidade no interior recebe esse auxílio. Nós temos uma particularidade que não se aplica a todos os municípios do Estado. Em nossa cidade não existe exatamente um transporte público, mas nós temos alguns serviços de transporte que são privados, como mototaxistas ou o próprio táxi, mas acaba sendo caro. Além disso, nós recebemos muitos alunos de outros municípios para estudar no Centro, esses alunos fazem o transporte diário via barco, permitindo a chegada deles ao porto, do Porto até a unidade da UEA acaba sendo de responsabilidade dos alunos.

Nesse sentido, podemos observar que iniciativas diversas, como programas de ações afirmativas em algumas IFES, preveem a distribuição de bolsas, tendo em vista critérios socioeconômicos. Em seu trabalho sobre transporte fluvial na Amazônia, David (2010, p. 116) alerta sobre a relevância do transporte fluvial em suas várias modalidades, porém destaca o “descaso por parte do poder público, referente à estrutura portuária, em que na maioria dos municípios é precária”. Tal afirmação vai ao encontro das falas de (GT-3):

Eu conheci um caso de duas alunas gêmeas, que moravam em uma comunidade aqui na cidade chamada de São João do Araújo. Descobrir que elas tinham passado para um curso, porque nós fizemos uma prática de extensão lá na comunidade. Nós fomos lá, o pai puxou o assunto que suas filhas passaram no vestibular, nós poxa que legal! Vão ser duas profissionais que nós vamos formar, e quando elas terminarem o curso irão contribuir aqui para o desenvolvimento da comunidade. Aí começou a turma, e não vi elas ali nos calouros. Depois nós voltamos lá na comunidade para fazer outras atividades e eu perguntei a ele. Poxa, as meninas não foram o que aconteceu? Professor é muito longe, ia ficar muito caro para a gente mandá-las todos os dias para lá na voadeira e depois voltar para cá. Então, aí nós vemos que perdemos uma oportunidade de contribuir com o desenvolvimento rural sustentável numa comunidade que precisa de profissionais da região, que conhece o caso específico, a vivência, e tudo por causa de transporte. Então, quando a gente fala de Amazônia nós estamos falando de longas distâncias, quando se fala de zona rural é mais longe ainda. Isso é um caso fluvial.

Pensando em minimizar as desigualdades socioeconômicas, a UEA disponibiliza, dentro de suas modalidades, o **auxílio-socioeconômico**, de forma a contribuir para a permanência no curso e no combate à evasão escolar (grifo nosso). Assim, relata (T-2): “A assistência estudantil vem como uma contribuição para que o aluno encontre na universidade um apoio, para que ele possa permanecer no percurso de sua graduação um pouco mais tranquilo, para que ele não venha desistir do seu curso por fatores financeiros”.

No entanto, o auxílio-socioeconômico é menos acessível aos alunos dos Núcleos e Polos, como nos narra (GT-2): “o PROAES é importantíssimo para a universidade, eu entendo que os impactos são positivos, apesar de nem todos os auxílios chegarem nas unidades do interior. Mais os que chegam já conseguem causar um impacto significativo na vida dos alunos”.

Vargas (2008) destaca que as desigualdades de acesso aos capitais econômicos, sociais e culturais geram necessidades específicas para os estudantes e influenciam as possibilidades de conclusão dos estudos. Os acadêmicos cheios de sonhos e expectativas esbarram na dificuldade em manter-se nos cursos devido a fatores de ordens diversas, como os fatores econômicos, vocacionais, familiares, de adaptação, de defasagem na educação básica, entre outros, os quais têm contribuído para a evasão dos discentes (Santos *et al.*, 2024, p. 103).

Ações da Assistência Estudantil promovem qualidade de vida: as ações e modalidades unificadas têm como objetivo criar opções que venham favorecer a permanência e o desempenho acadêmico dos alunos. Entre essas ações, destaca-se o **acompanhamento pedagógico** (grifo nosso). Segundo os sujeitos entrevistados, um atendimento realizado de forma humanizada e efetiva a um discente que possui alguma demanda social já contribui para sua permanência na universidade, conforme podemos verificar nos relatos de (T-4):

Falando da parte pedagógica e do acompanhamento pedagógico, ele é feito a cada final do semestre e no decorrer do semestre. Os alunos que têm um rendimento abaixo da média, ou então, aqueles alunos que caem drasticamente no seu rendimento, esses alunos são convocados, e são escutados. Então, são feitas as devidas intervenções, de acordo com as dificuldades apresentadas. Ou seja, social, pedagógica ou psicológica. Esses acompanhamentos são feitos presencialmente aos alunos de Manaus e via e-mail com alunos dos municípios, quando não há viagens a esses municípios é feito através de e-mail.

Os relatos relacionam-se com as contribuições de Andrade e Teixeira (2017, p. 513), pois o foco dessa ação é contribuir, de forma eficaz, para que haja melhoria no desempenho acadêmico do estudante, para evitar a repetência e a evasão, uma vez que tal situação gera alto custo para o governo e para a instituição. A política de assistência estudantil, embora não possa prescindir da questão financeira, deve ser trabalhada em consonância com os aspectos pedagógicos e psicossociais.

Nesse sentido, cabe destacar a relevância da **Atenção à Saúde** do aluno. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade (MS, 2020) (grifo nosso). Com a finalidade de atender às demandas de saúde na UEA, criou-se o Espaço de Atendimento Psicossocial (EPSICO). Uma ação importantíssima para promover o bem-estar dos alunos, como podemos constatar nas falas de (T-1):

Hoje nós temos o EPSICO, nós temos um comitê constituído Semana de Saúde Mental. Paralelamente tratando esse aluno, porque alguns alunos da assistência estudantil também são contemplados com outro tipo de atendimento. A pessoa com problemas de saúde, por qualquer que seja, é lógico que ela não vai ter a mínima condição de estudar, isso vai impactar lá na sala de aula. Na capital geralmente eles

vêm nos procurar, e os alunos do interior, eles vão procurar a Comissão Local de Assuntos Comunitários, a direção, sua coordenação de curso, até chegar a nós.

Verificamos nos relatos dos entrevistados que existe demanda crescente por esse atendimento. No entanto, existem algumas dificuldades para realização dessas ações nos interiores, uma vez que a equipe multidisciplinar se encontra em Manaus. Como exposto nas falas de (GT-2), “a equipe da Coordenação de Assuntos Comunitários – CAC tenta nos ajudar com o atendimento *on-line* com psicólogo e com as assistentes sociais, mais presencialmente, nós tentamos resolver aqui mesmo com o apoio municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde”, o que também se confirma nas falas de GT-1:

Quando que eu aceitei o convite para trabalhar no interior, não imaginava como seria, porque eu trabalhava na UEA em Manaus, mas aqui, a gente é tudo, é técnico, é professor, é psicólogo é tudo. A gente se vira nos 30, não temos um psicólogo responsável para atender as demandas dos alunos. E temos um grande avanço nas doenças psicológicas, principalmente depressão e ansiedade. Porque todo mundo já nasce com aquilo, só que vai aflorando, dependendo dos problemas. Nós temos aqui no município o CAPS que atende à demanda da cidade toda.

Tais relatos vão de encontro aos estudos realizados por Cerchiari, Caetano e Faccenda (2005) e Milagres, Reis e Domingues (2022). Tais estudos se direcionam, principalmente, à incidência de transtornos mentais em estudantes universitários e às contribuições da atenção psicossocial na vivência acadêmica. Os serviços institucionais de apoio devem fortalecer o vínculo entre aluno-instituição e promover vivências satisfatórias à sua permanência na universidade.

Seguindo essa análise, destacamos o atendimento e acompanhamento aos alunos cotistas na instituição, em que parcela bastante significativa dos acadêmicos que adentram a universidade se dá por meio do Sistema de **Cotas**. A Lei Nº 12.711/2012 constituiu um marco na educação superior pública ao possibilitar que segmentos da população excluídos por razões de origens étnica, racial, econômica e escolar acessem instâncias educacionais mais elevadas (Batista; Santos, 2017). Nesse sentido, a UEA vem criando opções por meio das políticas de inclusão voltadas para assistência estudantil. Como relatado nas entrevistas por (T-3):

Nós temos a Política de Saúde Mental, a Política de Cotas, a Política voltada aos Povos Tradicionais, as questões LGBTQIA +, nós temos as políticas voltadas às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, entre outras ações dentro do Programa de Assistência Estudantil. Então são várias dificuldades dentro dessas linhas que a universidade precisa responder, e a resposta vem com as metodologias pedagógicas, metodologias ativas e assertivas. E aí eu estou tomando como referência a comunidade PCD. Mas tem também os indígenas, nós somos uma região onde a nossa característica é indígena, e nós recebemos muitos alunos indígenas, aqui em Manaus principalmente nos cursos de medicina, e nós sabemos o quanto é difícil lidar com essa população nessa entrada na universidade.

Amplamente divulgada no estado e nos meios de comunicação foi a decisão do ministro do STF, Alexandre de Moraes, sobre a inconstitucionalidade da Política de Cotas da UEA, justificando que a Lei Estadual feria o Art. 19 da CF/1988, que veta a distinção entre brasileiros. Segundo o ministro, a Lei feria o princípio de igualdade. As políticas públicas são elaboradas para dar respostas a problemas públicos, que surgem quando o estado não consegue o equilíbrio no princípio da igualdade entre os cidadãos. A Região Norte, em relação a outras regiões do Brasil em vários fatores, é bastante desigual.

Por fim, damos destaque à categoria **Qualidade de Vida**, que se concretiza a partir do desenvolvimento de todas as ações da assistência estudantil, o que contribui para o bem-estar social, como descrito nos estudos de Giúdice, Loreto e Azevedo (2013), Pereira (2020) e Gomes e Brasileiro (2021) (grifo nosso). Conforme as falas dos sujeitos entrevistados, as ações promovidas pelo PROAES/UEA contribuem para promover a qualidade de vida dos discentes, como relata (T-3): “nós trabalhamos a qualidade de vida na casa do estudante, são várias ações, como por exemplo: dia de jogos, aniversário do mês, ações culturais, palestras temáticas e rodas de conversa”.

Por fim, tendo as categorias finais elencadas dentro do processo de análise, é relevante destacar que os itens formulados tomaram como base conceitos predefinidos, atingindo a confirmação da aplicação do objeto de estudo, e explicitados por meio das percepções dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, então, que o Programa de Assistência Estudantil da UEA possui grande relevância para o estado do Amazonas, e seus efeitos influenciam a permanência, o desempenho acadêmico e o acesso à educação, à qualidade de vida e à formação acadêmica.

Além disso, constatou-se que seus efeitos são gerados a partir de um conjunto de elementos unidos entre si, como: transporte, alimentação, aporte financeiro, atenção psicossocial, saúde, moradia, lazer, esporte, infraestrutura adequada e tecnológica. Há professores capacitados que se desdobram em ações que atendam às demandas sociais dos alunos e, assim, promovem o bem-estar social.

A UEA é um espaço democrático que atende a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros naturalizados que aspirem cursar o ensino superior no estado do Amazonas. No entanto, não recebem recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Tal fato poderia ser uma pauta a ser discutida pelos atores políticos da região, uma vez que as mazelas sociais ainda são bastante evidentes, principalmente as correlacionadas com a política em questão, como foi exposto no decorrer deste estudo.

Apesar de suas ações efetivas, foram detectadas algumas deficiências, como: (i) Falta de um sistema de dados unificados; (ii) Dificuldades de mobilidade nos interiores (devido às longas distâncias e à falta de transporte coletivo, tanto terrestre quanto fluvial); (iii) Aumento e capacitação da equipe multidisciplinar; (iv) Maior informação e comunicação sobre o Programa nos interiores; (v) Implantação da comissão local dos Núcleos; (vi) Fortalecimento de parcerias entre prefeituras e universidades nos interiores, para atendimento à saúde dos discentes; (vii) Remuneração compatível com o cargo ocupado; e (viii) Ampliação dos benefícios alimentação, moradia e transporte para Núcleos e Polos.

Trabalhar com dados qualitativos produz resultados vantajosos para a administração pública. Acreditamos que este trabalho tem potencial para contribuir com reflexões acerca da política pública, principalmente de tomadores de decisões nas universidades, especificamente os da Região Norte. Sugerimos novos estudos sobre o tema, principalmente relacionados ao transporte e alimentação dos alunos no estado.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772017000200014>.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772019000300009>.

BARBOSA, Evandro Brandão; SJLENDER, Valdemar. A pandemia de Covid-19: uma análise sob a ótica ambiental de março a maio de 2020 no Amazonas. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 14, n. 7, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/74>. Acesso em: 16 out. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/1992 a 108 de 2020, pelo Decreto Legislação nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994, 1988/2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 6 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2024.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível: <https://www.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2024.

BUENO, Caroline de Oliveira. **Contribuições do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Educação Superior**: uma avaliação da capacidade do auxílio moradia em garantir a permanência no IFCE Sobral. 2020. 118 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Orientadora: Suely Salgueiro Chacon.

CARDOSO, Welson de Sousa. O déficit habitacional e a questão da moradia na Amazônia: o caso do Portal da Amazônia em Belém do Pará. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, p. e2023.12, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/20770>. Acesso em: 15 out 2024.

CERCHIARI, Ednéia Albino Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, n. 3, p. 413-420, 2005.

CORREIA SILVA, Érika; HELENO, Maria Geralda Viana. Qualidade de vida e bem-estar subjetivo de estudantes universitários. **Revista Psicologia e Saúde**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.20435/pssa.v4i1.126. Disponível em: <https://pssaucdb.emnuvens.com.br/pssa/article/view/126>. Acesso em: 16 out. 2024.

DAVID, Robert carvalho de Azevedo. **As dinâmicas do transporte fluvial de passageiros no estado do Amazonas**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

DIAS, Ionara Silva Chaves. **Avaliação da política de Assistência Estudantil: o auxílio-alimentação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) – Campus Palmas**. 2015. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2232>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIÚDICE, Julia Zacour; LORETO, Maria das Dores Saraiva; AZEVEDO, Denilson Santos. O Programa de Assistência Estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 24, n. 2, p. 38-67. Recuperado de <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/3672>.

GOMES, Helena Miranda da Cruz; BRASILEIRO, Tanha Suely Azevedo. Assistência estudantil, qualidade de vida acadêmica e sustentabilidade: uma revisão da literatura e bibliometria no contexto universitário: Student assistance, academic quality of life and sustainability: a literature review and bibliometry in the university contex. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 8, n. 8, p. 57583-57599, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n8-180. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/51231>. Acesso em: 16 out. 2024.

GOMES, Helena Miranda Cruz; BRASILEIRO, Tanha Suely Azevedo; GOMES, Luís Alípio. Assistência Estudantil e Educação Superior: avanços e desafios em uma universidade pública na Amazônia. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e023023, 2023. DOI: 10.24065/2237-9460.2023v13n1ID2226. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/2226>. Acesso em: 15 out. 2024.

MACHADO, Gabriel Costela; DE OLIVEIRA, Cristiano Aguiar; DE FREITAS, Tiarajú Alvez. Avaliação do impacto dos benéficos de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 55, 2021. DOI: 10.38116/ppp55art2. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1091](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1091). Acesso em: 16 out. 2024.

MACHADO, G. C.; OLIVEIRA, C. A.; FREITAS, T. A. Avaliação do impacto dos benéficos de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico: o caso da Universidade Federal do Rio Grande. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 55, jul.-set. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARRELLI MATOS MAURICIO, Nathanni; PIZZIO, Alex; GAMA DA SILVA, Eder; RODRIGUES, Josilene; DANIELLE DA SILVA MESQUITA, Hayala. Panorama da Assistência Estudantil nas Universidades Federais da Região Norte do Brasil. **Revista Cereus**, v. 12, n. 4, p. 191-205, 17 dez. 2020.

MILAGRES, Viviane Martins Ferreira; REIS, Lilian Perdigão Caixêta; DOMINGUES, Sérgio. O apoio psicossocial e as vivências acadêmicas dos estudantes universitários. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 10, n. 00, p. e024002, 2022. DOI: 10.20396/riesup.v10i00.8666009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8666009>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.

MUSSIO, Bruna Roniza. **A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior: uma análise das universidades federais brasileiras**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2015. Orientador: Almeida Júnior, Vicente de Paula.

PÁDUA, Elisabete Matallo Maechesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PEREIRA, Ana Carina; Stelko *et al.* Qualidade de vida de universitários de uma instituição pública no Ceará. Quality of life of university students of a public institution in Ceará. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 68024-68045, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n9-295. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/16556>. Acesso em: 16 out. 2024.

PINHEIRO, Daniel Calbino; PEREIRA, Rafael Diogo; XAVIER, Wescley Silva. Impactos das cotas no ensino superior: um balanço do desempenho dos cotistas nas universidades estaduais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, p. e260020, 2021.

PINTO, Fabiana Rocha; GARCIA, Deolinda Lucianne Ferreira; CHAIKO, Melissa Fernandes. In: SEMANA DE ENGENHARIA FLORESTAL CESIT/UEA, 4., número 1, 2013, Manaus. **Anais...** Manaus: UEA Edições, 2013. Disponível em: <https://anaisflorestal.comunidades.net>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SANTOS, Ana Cristina Gomes *et al.* **Gestão pública: a visão dos técnicos administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais: volume 10**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. ISBN 978-65-5939-905-5, DOI 10.31560/pimentacultural/2024.99055.

SANTOS, Elenice Cheis dos. **Política de assistência estudantil para estudantes cotistas de baixa renda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2018. Orientadora: Nelsa Chaves Batista.

SERUDO, Tereza Paula de Alencar. **Os tempos acíclicos e cíclicos da natureza e sua influência nas escolas ribeirinhas de várzea e terra firme nos municípios de Manaus e Careiro da Várzea no estado do Amazonas**. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020. DOI: 10.34019/2237-9444. 2020.v10.31559. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 16 out. 2024.

STF. **STF invalida lei do Amazonas que reservava vagas do vestibular para alunos locais**. Brasília: Supremo Tribunal Federal Brasília, 19, out. 2023. Disponível em: [https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=516512&ori=1#:~:text=O%20Supr%20Tribunal%20Federal%20\(STF,p%C3%BAblicas%20ou%20privadas%2C%20no%20estado](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=516512&ori=1#:~:text=O%20Supr%20Tribunal%20Federal%20(STF,p%C3%BAblicas%20ou%20privadas%2C%20no%20estado).

TRINDADE, Samara Nagla Chaves; SALAROLI, Lucine Bresciane; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Atenção à Saúde no âmbito do programa Nacional de Assistência Estudantil em universidades federais do Nordeste do Brasil. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 210-230, setembro-dezembro 2022. Disponível em: www.gual.ufsc.br DOI: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2022>.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas. **Resolução N. 05/2021-CONSUNIV** – Aprova *ad referendum* o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2021.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br>. Acesso em: 30 jan. 2023.

UNICEF. **Cenário de Exclusão Escolar no Brasil**: um alerta sobre os impactos da pandemia do COVID 19 na educação. Brasília: CENPEC Educação, abril, 2021.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, 2011.

WEIS, Ricardo Socas *et al.* **Moradia estudantil**: território da coletividade – XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

ARTIGO 2

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DO PROGRAMA PARA COMPREENSÃO DA ASSISTÊNCIA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

RESUMO: Neste estudo, o objetivo foi identificar e analisar os elementos normativos, perceptivos e contextuais que caracterizam o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas. Foi realizada pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, tomando como referência o período de 2001 a 2023. O esforço analítico da teoria, das entrevistas e das legislações possibilitou o entendimento de como o Programa está formulado. Assim, foi possível construir sua estrutura lógica. Por meio dos resultados, constatou-se que o Modelo Lógico é um instrumento avaliativo que visa sistematizar as ações desenvolvidas e verificar sua eficiência e eficácia. Essa ferramenta pode ser utilizada por gestores para avaliações futuras ou como objeto de informação resumida e detalhada sobre o Programa, servindo como mecanismo de comunicação sobre sua execução. Ademais, foi possível evidenciar os contextos favoráveis e desfavoráveis das ações, demonstrando lacunas que podem ser aprimoradas. Planejamentos e ações administrativas baseadas em métodos teóricos contribuem para a eficiência no serviço público e nas políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Avaliação; Teoria do Programa; Modelo Lógico.

ARTICLE 2**CONTRIBUTIONS OF PROGRAM THEORY TO UNDERSTANDING ASSISTANCE
AT THE AMAZONAS STATE UNIVERSITY**

ABSTRACT: The objective of this study was to identify and analyze the normative, perceptive, and contextual elements that characterize the Student Assistance Program of the State University of Amazonas. Exploratory and descriptive research was conducted with a qualitative approach, taking the period from 2001 to 2023 as a reference. The analytical effort of theory, interviews, and legislation made it possible to understand how the Program is formulated. Thus, it was possible to build its logical structure. Through the results, it was found that the Logical Model is an evaluation instrument that aims to systematize the actions developed and verify their efficiency and effectiveness. This tool can be used by managers for future evaluations or as an object of summarized and detailed information about the Program, serving as a communication mechanism about its execution. In addition, it was possible to highlight the favorable and unfavorable contexts of the actions, demonstrating gaps that can be improved. Planning and administrative actions based on theoretical methods contribute to efficiency in public service and public policies.

Keywords: Public Policies; Evaluation; Program Theory; Logical Model.

1 INTRODUÇÃO

Considerando o cenário brasileiro de crescimento expressivo do número de matrículas no sistema e de diversificação institucional desenhado nas últimas décadas, não é de se estranhar que as discussões envolvendo a evasão discente e a assistência estudantil tenham se legitimado como importante tema para os formuladores de políticas públicas (Borges; Gouvêa; Barbosa, 2022, p. 61).

Na concepção de Secchi (2010, p. 2), “política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Seguindo o pensamento desse autor, “Possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema”.

Para a sociedade, a avaliação se alinha ao princípio constitucional da publicidade e permite o seu controle por meio da gestão administrativa, monitorando a utilização do recurso público de acordo com os princípios e as metas estabelecidas (Ferreira *et al.*, 2023). Nesse sentido, a “avaliação formal é uma poderosa ferramenta de transparência da ação pública e de gestão, apontando as medidas necessárias para sua sustentabilidade, otimização dos recursos e controle social” (Antero, 2008).

Esse processo vem sendo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde a década de 1970. Os profissionais do IPEA promoveram o desenvolvimento de Modelos Lógicos para essa finalidade desde 2005 (Ferreira; Cassiolato; Gonzales, 2009). No ano 2007, a metodologia já era aplicada, em caráter experimental, a 20 programas finalísticos do Plano Plurianual (PPA) e, no ano seguinte, sua aplicação se deu em mais de 50 programas.

No âmbito da Universidade do Estado do Amazona (UEA), o Programa de Assistência Estudantil (PROAES) foi implementado pela Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV, tendo como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública estadual, articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a importância do PROAES/UEA no estado do Amazonas, sua amplitude de atendimento aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica desvela as seguintes questões: “Qual é a teoria implícita do Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas?” e “Como sua elucidação pode auxiliar no processo de avaliação da política?”.

Para responder a tais questões, o objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar os elementos normativos, perceptivos e contextuais que caracterizam o PROAES/UEA como

forma de expressar a Teoria do Programa, bem como, com isso, sugerir um protocolo orientador para avaliar os efeitos da intervenção, entendendo a inter-relação entre insumos, atividades e resultados.

É relevante explicitar que a proposta de pesquisa é, justamente, agregar um conjunto de informações legais sobre o PROAES/UEA, e, a partir disso, organizá-las em torno de uma estrutura causal. Logo, a pesquisa busca trazer um instrumento para avaliação direcionado para as ações específicas do Programa, a partir da reunião e da análise dos instrumentos e linhas de ações que aqui foram compilados e organizados a partir da abordagem do Modelo Lógico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve contextualização sobre o estado do Amazonas

O nome “Amazonas” vem da palavra “amassunu”, que quer dizer, na língua indígena, “ruído de águas, água que retumba”. Foi dado ao rio que banha o estado, pelo capitão espanhol Francisco Orelhana, em 1541. O estado do Amazonas possui 1.559.166,12 km² de extensão, correspondendo a 40,46% da Região Norte, 18,45% de todo o território brasileiro e 31% da área total da Amazônia brasileira. Com 62 municípios, vem apresentando uma taxa média de crescimento anual de 1,7% e de densidade demográfica em 2,23 hab./km² (IBGE, 2022).

Silva *et al.* (2019) apresentam os diversos desafios encontrados para o desenvolvimento de sua pesquisa na Região Amazônica sobre “avaliação de impacto do Programa Criança Feliz”. Os autores relataram que a Região Norte é marcada por suas peculiaridades, o que a diferencia das demais regiões do Brasil, em especial pelas suas características geográficas e seu amplo território, dividindo-se em áreas de rios e estradas. É caracterizada como região que necessita de planejamento adequado para ter acesso às localidades, apresentando grande área de isolamentos econômico e social.

Esses autores também expõem observações acerca dos municípios da região, destacando que o crescimento econômico e populacional não tem ocorrido de forma harmônica, equilibrada e sustentável, o que influencia, em parte, na falta de acesso da população a serviços de saneamento, saúde e educação.

No entanto, o Amazonas também possui grande potencial para o desenvolvimento sustentável, o que pode contribuir para o crescimento do país. A exploração responsável de seus recursos naturais, aliada a iniciativas de conservação, pode promover equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico (Moreira; Manzatto, 2023). Isso requer esforço conjunto entre atores governamentais, empresariais e a sociedade civil, para implementar políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis que protejam a biodiversidade da região.

2.2 Contextualização e evolução do PROAES/UEA

A Constituição Federal de 1988 enfatiza, em seu artigo 6º, o direito à educação como direito social; específica a competência legislativa no artigo 22, Inc. XXIV; e no 24, Inc. IX, dedica toda uma parte do título da Ordem Social para responsabilizar o estado e a família, trata

do acesso e da qualidade, organiza o sistema educacional, vincula o financiamento e distribui encargos e competências para os entes da federação.

Pautada nos preceitos constitucionais e na busca por construir uma sociedade justa, igualitária e fraterna, a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), reiteradamente, preocupou-se em amparar a juventude de baixa renda. Após sua geração em 2001, a universidade buscou criar alternativas que viessem beneficiar os jovens que se deslocavam de suas cidades em busca da realização do sonho de cursar uma faculdade e alcançar sua formação acadêmica e profissional.

Um dos primeiros passos rumo à construção da Política de Assistência Estudantil na universidade foi com o Projeto de Apoio Estudantil (PAE), criado em 2003. Em 2004, o Projeto transformou-se em Programa de Manutenção dos Estudantes Carentes – Casa do Estudante. Sua finalidade era assegurar uma política de assistência ao estudante que favorecesse o desempenho acadêmico e a organização livre, consciente, responsável e participativa nas decisões dentro e fora da universidade.

Em seus 10 primeiros anos de funcionamento, a universidade firmou-se como instituição dotada de capacidade para enfrentar as dificuldades e os problemas característicos de uma região em que a natureza impõe ao ser humano limites e dele cobra alentados esforços, especificamente referentes a longas distâncias. Nesse sentido, buscando aprimorar a sua política, a universidade aprovou a Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV, que instituiu o Programa de Assistência Estudantil (PROAES), destinado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica regularmente matriculados e frequentando os cursos de graduação e pós-graduação da UEA.

Somente em 2021 é que a universidade estruturou o Programa de Assistência Estudantil, unificando as resoluções dos benefícios e normatizando os procedimentos das ações a serem desenvolvidas. No Quadro 1, evidenciamos toda a evolução das modalidades criadas pela UEA e o número de benefícios disponibilizados no período de 23 anos, ou seja:

- Auxílio-Moradia (Casa do Estudante) = CE
- Bolsa-Moradia = BM
- Auxílio-Material = AM
- Auxílio-Transporte = AT
- Auxílio-Socioeconômico = AS
- Auxílio-Financeiro a Estudantes (antigo auxílio-alimentação) = AF
- Bolsa-Tutoria = BT
- Bolsa de Apoio Acadêmico a Projeto de Extensão = BAAPE
- Auxílio-Alimentação/Auxílio-Alimentação Emergencial (Covid 19-2020) = AA
- Bolsa-trabalho (Bolsa de Apoio Acadêmico) = BTR
- Restaurante Universitário = RU

Quadro 1 – Evolução das modalidades e números de benefícios do PROAES

Ano	Benefícios	Modalidade										No. de refeições	
		TOTAL	CE	BM	AM	AT	AS	AF	BT	BAAPE	AA		BTR
2001	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2002	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
2003	--	x	--	--	x	--	--	--	--	x	--	--	--
2004	--	x	--	--	x	--	--	--	--	x	--	--	--
2005	--	x	--	--	x	--	--	--	--	x	--	--	--
2006	883	200	--	--	290	--	--	--	--	393	--	--	--
2007	802	192	--	--	288	--	--	--	--	514	--	--	--
2008	1.069	180	--	--	388	--	--	--	--	501	--	--	--
2009	926	170	--	--	236	--	--	--	--	409	--	--	--
2010	1.150	279	--	--	300	--	--	11	--	522	--	--	--
2011	1.146	302	--	--	307	--	--	6	--	509	--	--	87.820
2012	1.368	272	49	--	302	--	--	6	--	689	50	--	121.977
2013	1.570	300	67	--	335	--	--	4	--	717	147	--	232.365
2014	1.918	339	88	--	350	--	--	7	--	993	141	--	260.757
2015	1.974	342	100	--	350	--	--	8	177	997	--	--	500.237
2016	1.773	345	100	--	369	--	--	7	162	790	--	--	1.521.510
2017	1.356	297	73	--	290	--	542	9	145	--	--	--	1.616.853
2018	1.356	295	90	--	311	--	452	9	199	--	--	--	1.748.754
2019	2.483	435	208	--	480	--	896	58	406	--	--	--	1.954.550
2020	1.945	380	170	--	423	--	757	56	159	--	--	--	244.335
2021	3.337	376	164	--	261	643	669	90	643	254	--	--	Covid-19
2022	3.897	412	147	--	297	725	634	98	--	1.259	--	--	1.401.533
2023	3.378	401	82	299	291	581	473	98	--	1.135	--	--	2.373.438
Total	32.331	5.517	1.338	299	5.868	1.949	4.423	467	1.891	9.682	338	--	12.064.260

Fonte: Elaboração da autora, 2024

Nota: As modalidades destacadas com o **X** nessa tabela se deve à análise dos relatórios de gestão dos primeiros anos da universidade, quando apenas constavam os valores gastos com os auxílios disponibilizados, mas não se especificava a quantidade como nos anos seguintes.

Para a elaboração deste capítulo e do Quadro 1 foram realizadas uma pesquisa documental e uma análise dos seguintes documentos: (i) Relatórios de Gestão de 2001 a 2023; (ii) Plano de Desenvolvimento Institucional dos últimos anos; e (iii) Resoluções N^{os} 003/2005, 008/2011, 20/2016, 05/2021, 42/2021-CONSUNIV. Os programas criados pela UEA nesse percurso de tempo já distribuiu cerca de 32.331 benefícios aos discentes em vulnerabilidade socioeconômica no estado do Amazonas.

2.3 Avaliação, Teoria do Programa e Modelo Lógico

Quando governos lançam políticas ou programas sem qualquer análise prévia, com objetivos nebulosos, público indefinido ou injustificável, intervenções mal fundamentadas, ações fragmentadas e, muitas vezes, contraditórias, sem indicadores e metas, com insumos

insuficientes (equipes pequenas e mal treinadas, orçamento reduzido e liberação intermitente de recursos), a chance de que alguma coisa dê certo é zero (Lassance, 2022).

Muitas iniciativas governamentais persistem sem serem monitoradas e avaliadas. Vão aos poucos dando sinais de cansaço e de curtos-circuitos e, quando ocorrem crises agudas, são simplesmente descontinuadas, depois de anos de investimento, sem que se saiba exatamente se foram grandes fracassos ou se apenas sucumbiram por falta de uma revisão mais atenta. Quando não permanecem por inércia, essas iniciativas são, enfim, sepultadas sem que haja um mínimo de aprendizado para evitar a ocorrência de novos erros e desastres (Lassance, 2022, p. 6).

A partir da provocação desse autor, destacamos a relevância de realizar avaliações em programas em andamento, para verificar seus pontos positivos ou negativos. Esse processo contribui para a correção de possíveis falhas, evitando sua extinção ou fracasso. Desse modo, o objetivo da avaliação de uma política pública é produzir informações úteis capazes de subsidiar o processo decisório (ALACIP, 2018).

No estudo realizado por Claro, Silva e Pinto (2023), com o objetivo de avaliar um programa de aceleração, denominado EmpreendeTec, sob a perspectiva de gestores e empreendedores, os pesquisadores evidenciaram a viabilidade do modelo lógico como modelo de análise de programas de aceleração. Os resultados indicaram que a avaliação permite que gestores e empreendedores conheçam os pontos divergentes e convergentes em relação aos programas, exigindo esforços para catalisar ou suprimir os pontos negativos.

Já o estudo realizado por Cavalcante (2013), que teve como objetivo construir um Modelo Lógico (ML) da “Rede Cegonha” (RC), lançada pelo Ministério da Saúde. Esse pesquisador concluiu em seus resultados que o ML é considerado ferramenta de gestão, com papel de explicitar a RC de forma prática e clara e auxiliar o processo de comunicação e divulgação, podendo ser utilizado na organização dos trabalhos de avaliação.

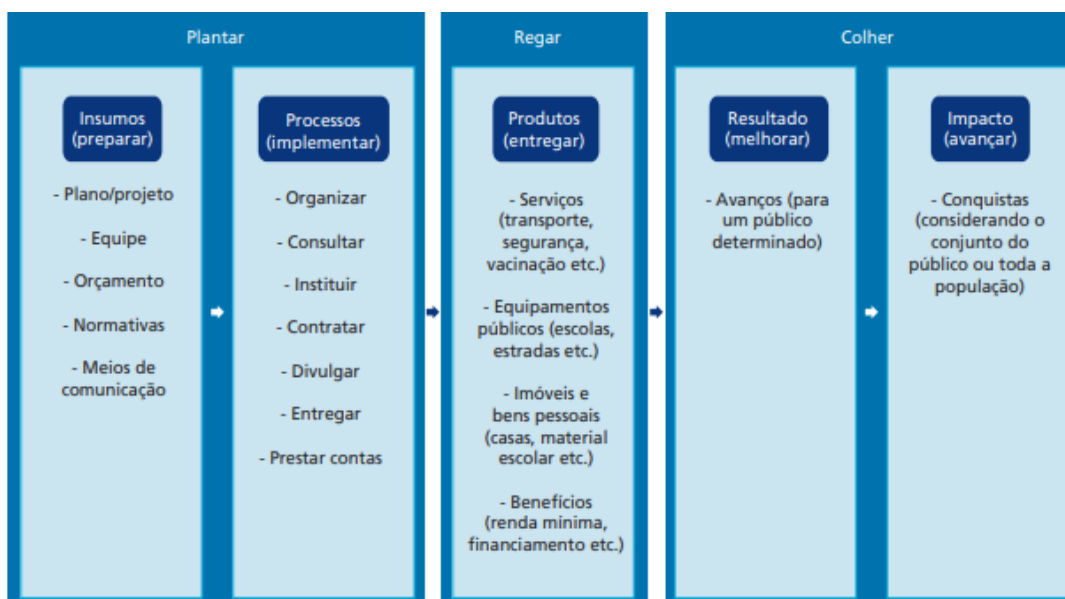
Outros programas governamentais, já em funcionamento, também foram recentemente representados em modelos lógicos, de modo a explicitar a sua teoria subjacente e permitir, eventualmente, a sua revisão, por exemplo: o Programa Cultura Viva (Silva; Labrea, 2014), o Programa Luz para Todos (Freitas; Silveira, 2015) e o Programa de Aquisição de Alimentos (Sambuichi *et al.*, 2019).

Nesse sentido, tendo em vista que os programas das políticas, antes de tudo, surgem na mente das pessoas que as idealizam (Pawson; Tiley, 2004), esses programas podem ser organizados a partir de uma cadeia lógica do tipo “SE – ENTÃO”, estabelecendo uma relação de causalidade das etapas propostas pelo Programa (Cassiolato; Guerresi, 2010; KELLOGG FOUNDATION, W. K., 2004).

Considerando as percepções sobre os fatores-chave do contexto, **se** utilizo tais recursos, **então** implemento tais ações do programa; **se** tais ações são executadas, **então** tais produtos para grupos de beneficiários. **Se** tais produtos são realizados, **então** alcanço os resultados intermediários. **Se** resultados intermediários ocorrem, **então** obtenho resultado final que irá levar ao alcance do objetivo da intervenção, ou seja, a resolução do problema (Cassiolato; Guerresi, 2010, p.14 – Grifo nosso).

Conforme preconiza Weiss (1998, p. 62) – tradução nossa –, uma teoria de programa geralmente inclui: (a) Insumos do Programa, como recursos e condições organizacionais; (b) Atividades do Programa, que representam a maneira pela qual o Programa é implementado; e (c) Resultados intermediários – isto é, a cadeia de respostas que as atividades provocam, das quais se espera que levem a resultados desejados. A Teoria do Programa traça uma linha de raciocínio que conduz ao cumprimento prático de um propósito mais amplo, a partir de passos devidamente especificados (Figura 1).

Figura 1 – Modelo Lógico



Fonte: Lassance, 2022.

“Genericamente, modelos lógicos são ferramentas bastante amigáveis, intuitivas e largamente experimentadas e aprovadas” (Brasil, 2018, p. 93). “É, portanto, amplamente utilizada em sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas em diversos países” (Krause, 2020, p. 10). “O Modelo Lógico é uma maneira sistemática e visual de apresentar e compartilhar a compreensão das relações entre os recursos disponíveis para as ações programadas e as mudanças ou resultados que se esperam alcançar” (Cassiolato; Guerresi, 2010, p. 6).

Selmer e Sampaio (2023) realizaram um estudo para compreender o modelo de contratação de pessoal no âmbito da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e propor um novo arranjo, tendo como base o referencial de modelos lógicos e de teorias de mudança do Programa, na linha de autores nacionais e estrangeiros. Esses pesquisadores buscaram investigar as características e os eventuais nós críticos e derivações identificadas que levem a resultados indesejáveis e não produzam os impactos esperados no recrutamento de pessoal para a Polícia Militar.

Diferentemente da expectativa de que a estrutura lógica do Programa apresente uma representação clara dos vínculos causais entre atividades, recursos e resultados, a avaliação baseada na teoria explora ambivalências, controvérsias e inconsistências tanto no desenho normativo do Programa quanto no processo de sua implementação (Cassiolato; Guerresi, 2010).

Uma Teoria do Programa é aquela:

Que consegue se expressa, de forma objetiva, em resumo narrativo (uma frase ou um parágrafo) que expresse como o programa incide sobre as causas do problema, projetando seus resultados e impactos de longo prazo. Sugere-se que a teoria seja descrita informando: **se** (descreva o desenho do programa), **então** (descreva os resultados), o que então levará a (descreva os impactos) (Brasil, 2018, p. 94 – Grifo nosso).

A pesquisa realizada por Araújo (2022) apresentou proposta de Modelo Lógico para sistematizar a maneira de criar, programar, implementar e monitorar os programas, projetos e ações da Inspeção do Trabalho, de forma a fazer que os auditores e gestores tivessem visão mais clara de todas as fases de atuação e, com isso, contribuir para que decisões sejam tomadas com base em evidências.

Esse autor se baseou no Modelo Lógico desenvolvido pelos técnicos do IPEA adaptado à realidade da inspeção do trabalho com a agregação de outros elementos: a abordagem da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para o planejamento estratégico dos serviços de inspeção do trabalho. Esse planejamento visando à conformidade trabalhista, à abordagem da descrição de uma teoria da mudança por cadeia de resultados e referenciais teóricos para conceituação e construção de indicadores (Araújo, 2022).

Em síntese, o modelo teórico de análise aqui construído é resultante da leitura acerca da temática, apontando um delineamento bibliográfico para nortear a operacionalização do estudo. A partir disso, extraíram-se direcionamentos de forma hipotética para construir a estrutura lógica do PROAES/UEA, para que auxilie nos processos de avaliações futuras do Programa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Sinalizamos que, para o início desta pesquisa, foram respeitados os procedimentos e legislações estabelecidos pela Plataforma Brasil e pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Viçosa. Assim, fica explícito que as atividades de pesquisa somente foram iniciadas após a aprovação do Comitê de Ética.

3.1 Apontamentos Teóricos da Pesquisa

A principal finalidade do estudo consistiu no resgate da Teoria do Programa, como forma de planificar e organizar o PROAES/UEA em uma cadeia causal e, com isso, contribuir para futuras avaliações. “A suposição implícita à investigação é que, ao retomar os objetivos do Programa, torna-se necessário estruturar uma hierarquia organizada de objetivos cada vez menores que, se alcançados em sequência, levarão ao objetivo geral proposto” (Moreira; Silveira, 2018).

Esse processo traça hipóteses do tipo: ao fazer A, então se alcança B, o que, por sua vez, levará ao C, e assim sucessivamente (Crawford; Brince, 2003). Assim sendo, passamos a descortinar a metodologia aplicada ao estudo, a qual relaciona a uma pesquisa hipotético-dedutiva, com abordagem qualitativa, operando com dados primários e secundários, de natureza aplicada e delineamentos bibliográfico e documental.

Conforme a percepção de Flick (2013, p. 243), a triangulação é uma “combinação de métodos, pesquisadores, circunstâncias locais e temporais e perspectivas teóricas diferentes para tratar de um fenômeno”. Esse autor destaca que a importância da triangulação não reside na possibilidade de validar os resultados obtidos por diferentes métodos, mas é o próprio processo de pesquisa que valida os instrumentos, pois considera a triangulação como “uma combinação de perspectivas de investigação apropriadas e de métodos que sejam idôneos para levar em consideração o maior número de aspectos possíveis de um problema” (Flick, 2013, p. 64).

3.2 Instrumentos e Coleta dos Dados

Para descrever a causalidade, utilizamos como instrumento um formulário com perguntas fechadas e abertas, com base nas orientações do Roteiro Técnico desenvolvido na Câmara Técnica de Monitoramento e Avaliação do Ministério Público, publicado em 2007, de

como elaborar Modelo Lógico (Ferreira; Cassiolato; Gonzales, 2007). Ressaltamos que, devido à dificuldade de acesso aos municípios do interior do estado, a maioria das entrevistas foi realizada de forma virtual, via Google Meet, como demonstrado no Quadro 2.

Quadro – 2 Sujeitos entrevistados

Entrevistado	Identificação	Tempo de entrevista	Ferramenta utilizada
1- 31/01/2024	Técnica – CAC	14h28 a 15h10	Entrevista Via Google Meet.
2- 31/01/2024	Técnica – CAC	20h 09 a 20h45	Entrevista Via Google Meet.
3- 01/02/2024	Técnica – CAC	14h a 14h56	Entrevista Via Google Meet.
4- 02/02/2024	Gestora – UA	14h56 a 15h38	Entrevista Via Google Meet.
5- 07/02/2024	Gestor – UA	12h02 a 12h46	Entrevista Via Google Meet.
6- 13/02/2024	Técnica – CAC	15h22 a 16h02	Entrevista Via Google Meet.
7- 22/02/2024	Gestor – UA	15h05 a 15h 45	Entrevista Presencial.
8- 26/02/2024	Gestor – UA	09h05 a 09h 32	Entrevista Presencial.

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Todos os participantes das entrevistas são funcionários públicos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tivemos como respondentes oito sujeitos, sendo quatro da equipe coordenadora do Programa e quatro gestores de unidades acadêmicas. Entre os profissionais entrevistados estão: Coordenadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, Professores (gestores das unidades acadêmicas) e Administradores. Os níveis de graduação estão entre especialistas e doutores. Ao término desse processo, as gravações foram transcritas e analisadas.

O segundo método a ser utilizado foi o uso da Análise Documental. A escolha dessa técnica advém da principal característica das fontes de dados da pesquisa, ou seja, um conjunto de documentos legais emitidos pela Universidade do Estado do Amazonas e pelo governo estadual. A operacionalização da análise respeitou os dois momentos que a técnica sugere: a organização do material e o procedimento de análise (Pimentel, 2001). A sistematização da documentação coletada encontra-se no Quadro 3.

O terceiro método foi a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002, p. 44), é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, a coleta ocorreu por meio do acesso e da leitura de documentos públicos, pesquisa na internet em *sites* oficiais ou em quaisquer outros documentos que versassem sobre o tema proposto.

Quadro 3 – Documentação analisada

Ato normativo	Ementa	Situação
DECRETO N.º 7.234, de 19/06/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	Vigente
RESOLUÇÃO N.º 20/2016-CONSUNIV	Cria <i>ad referendum</i> o Auxílio Financeiro a Estudantes, aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Revogado
RESOLUÇÃO N.º 17/2017, de 06/04/2017	RESOLUÇÃO N.º 17/2017-CONSUNIV/UEA – APROVAR <i>ad referendum</i> os critérios e metodologia para a Avaliação Socioeconômica do Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas.	Revogado
RESOLUÇÃO N.º 28/2020, de 20/09/2020	RESOLUÇÃO N.º 028/2020-CONSUNIV – Aprova o Programa de Auxílio Socioeconômico da Universidade do Estado do Amazonas (PROUEA).	Vigente
RESOLUÇÃO N.º 36/2019, de 24/06/2019	RESOLUÇÃO N.º 36/2019-CONSUNIV – Dispõe sobre o Regimento Geral da Casa do Estudante da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).	Vigente
RESOLUÇÃO N.º 05/2021, de 06/04/2021	RESOLUÇÃO N.º 05/2021-CONSUNIV – Aprova <i>ad referendum</i> o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas.	Vigente
RESOLUÇÃO N.º 16/2021, de 30/04/2021	RESOLUÇÃO N.º 016/2021-CONSUNIV/UEA – Dispõe sobre o Regimento Geral da Casa do Estudante da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).	Vigente
RESOLUÇÃO N.º 04/2021, de 02/01/2021	RESOLUÇÃO N.º 04/2021-CONSUNIV – APROVAR os procedimentos para a identificação da condição de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes matriculados em curso de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> da Universidade do Estado do Amazonas.	Vigente

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

3.3 Análise dos dados

Em uma série de procedimentos, concepções e falas concedidas por meio das entrevistas e dos instrumentos foi possível identificar e analisar os elementos normativos, perceptivos e contextuais que caracterizam o PROAES/UEA, bem como expressar sua teoria e construir sua estrutura causal a partir de linhas e ações organizadas conforme a teoria do Modelo Lógico.

Dessa forma, a partir das análises bibliográfica, documental e das entrevistas, estabeleceram-se as relações causais (**Se – Então**) entre insumos, atividades e resultados – de curto, médio e longo prazos do Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas (grifo nosso).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pela teoria avaliativa, recomenda-se que o resgate da Teoria do Programa seja realizado trazendo os elementos formais do Programa e aspectos do contexto para produzir uma teorização mais dinâmica. Para tanto, além da análise dos documentos que estruturam e formalizam o PROAES/UEA, atentou-se compreender as situações que o cerceavam mediante as entrevistas.

Segundo Moreira e Silveira (2018), o conjunto-problema, objetivos, diretrizes e recursos formam pilares que sustentam o Programa. A partir do entendimento desses aspectos, podem-se planificar as atividades traçadas para a entrega dos produtos esperados, em que a expectativa é a geração dos efeitos planejados na população-alvo.

Nesse sentido, após avaliar as legislações, ficaram nítidas as modificações no decorrer dos anos, uma vez que as resoluções eram criadas de forma dispersa, isto é, surgia uma nova modalidade e uma nova resolução era criada. Somente em 2021, por meio da Resolução N° 05/2021-CONSUNIV, que se unificaram as modalidades em um único programa. Por esse motivo, optou-se por analisar as alterações no decurso do tempo e propor a teoria resultante da interpretação do desenvolvimento do PROAES.

O PROAES/UEA é destinado aos estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, regularmente matriculados e frequentando os cursos de graduação e pós-graduação da UEA. Sua finalidade é garantir o acesso à permanência e conclusão de curso aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Em resumo, procurou-se identificar e analisar o conjunto de elementos que caracterizam o Programa, que se materializou na teoria resultante da interpretação e desenvolvimento do Modelo Lógico apresentado no Quadro 4. O esforço analítico da teoria, das entrevistas e das legislações, possibilitou entender como o Programa está formulado. Dessa forma, podemos descrever o procedimento avaliativo, medir e acompanhar os resultados das ações de intervenção.

Quadro 4 – Modelo Lógico do PROAES/UEA

Dimensão	Especificação	Atores envolvidos	Meios de verificação
5. Resultados de longo prazo	Conclusão de curso de graduação.	Governo estadual. Governo municipal. UEA. Beneficiários.	Pesquisa com beneficiários. Relatórios.
	Melhora a qualidade de vida dos discentes.		
4. Resultados de médio prazo	Trabalho social executado.	Beneficiários. Equipe multidisciplinar: PROEX/CAC/CLAC.	Relatórios de execução do trabalho social.
	Entorno viabilizado.	Governos estadual e municipal (parcerias). UEA	Relatórios de atividades.
	Bem-estar Rendimento acadêmico e permanência na universidade.	Coordenação de Assuntos Comunitários (CAC) Comissões Locais de Assuntos Comunitários (CLAC). Gestores. Beneficiários.	Monitoramento. Avaliação. Relatórios.
	Acompanhamento pedagógico. Benefícios		
3. Resultados de curto prazo	Efeitos socioeconômicos Efeitos psicossociais Bem-estar social.	Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX). Coordenação de Assuntos Comunitários – CAC. Comissões Locais de Assuntos Comunitários –CLAC Gestores das unidades Beneficiários	- Levantamentos locais. Escolas/Centro/Núcleos e Polos Análise estatística dos dados. Relatórios de execução das atividades.
	Entorno em viabilização/ viabilizado.		
	Permanência nos cursos de graduação. Desempenho acadêmico		
	Implementação dos auxílios.		
2. Atividades	Executar o trabalho social, administrativo e financeiro.	Governos estadual e municipal (parcerias). UEA/PROEX/CAC. Beneficiários	Relatórios de Execução do Trabalho Social.
	Cadastrar e selecionar os beneficiários.	Coordenação de Assuntos Comunitários (CAC). Assistentes Sociais	Análise dos dados. Relação dos aprovados.
	Execução das ações: - Escolas - Centros - Núcleos - Polos	Coordenação de Assuntos Comunitários (CAC). Coordenação Local de Assuntos Comunitários (CLAC). Gestores das unidades Equipe multidisciplinar Assistentes Sociais	Entrevista social. Análise documental. Questionário socioeconômico.
	Abertura de Edital Planejamento das ações e atividades. Modalidades	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX Coordenação de Assuntos Comunitários – CAC. Beneficiários.	Relatório de execução das atividades.
1. Insumos	Recursos do Tesouro Estadual.	Governos estadual e municipal (parcerias). Polo Industrial de Manaus. Zona Franca de Manaus.	Portal da Transparência Diário Oficial do Estado do Amazonas. Página virtual da UEA.
	Contrapartidas e cooperações financeiras. Empréstimos e financiamentos.	Instituições ou entidades públicas ou privadas/ nacionais ou estrangeiras.	Diário Oficial do Estado do Amazonas/Portal de Transparência. Portal da UEA.

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Nota: O sentido da leitura do quadro deve ser de baixo para cima, conforme ordem crescente da numeração (de 1 a 5).

Conforme relatou Mello (2023, p. 27), a administração pública deve buscar o bom emprego dos recursos financeiros para a satisfação das necessidades coletivas, pois é essencial o equilíbrio dos gastos em confronto com as rendas arrecadadas, além da fixação da despesa conscienciosamente, de forma a gerar serviços ou obras de proveito geral, evitando dispêndios supérfluos e onerosos. Assim, são extremamente relevantes a ação, planejamento e controle da gestão superior para o sucesso da política pública.

Por se tratar de estudo direcionado ao Programa de Assistência Estudantil da UEA, especificamente relacionado às demandas sociais dos alunos dos cursos de graduação considerados socioeconomicamente vulneráveis, construiu-se o processo hipotético de mudança geral esperado por intervenções desse caráter. A saber: **SE** houver investimento (recursos financeiros, leis, instruções normativas, articulação, parcerias, estratégias, desenvolvimento das ações e atividades) tanto do governo quanto da instituição; **ENTÃO**, será possível executar o Programa e intervir nas demandas sociais dos discentes.

Tal procedimento, por conseguinte, possibilitará a redução da evasão escolar, garantindo a permanência do aluno na universidade, seu rendimento acadêmico e a conclusão do curso, bem como incrementos à cadeia de implementação dos benefícios, num horizonte de longo prazo (integrando outras políticas públicas), permitindo alcançar os objetivos do Programa.

Por tanto, o Modelo Lógico aqui proposto pode ser utilizado para a realização de futuras avaliações, além de um instrumento de comunicação e informação do Programa. Ademais, na condução desse processo, foram evidenciadas algumas lacunas que precisam ser corrigidas, resultados encontrados pela avaliação realizada. Nesse sentido, listamos os fatores de contextos favoráveis e desfavoráveis do Programa, partindo da percepção dos sujeitos entrevistados, como pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Fatores de contexto favoráveis e desfavoráveis

Fatores de Contexto	
Favorável	Desfavorável
Permanência no curso e combate à evasão escolar	Falta de recursos
Promoção da saúde e de acesso à educação superior	Falta de ações permanentes nos interiores
Qualidade de vida e bem-estar	Falta de comunicação e informação sobre o PROAES nos núcleos
Melhoria no desempenho acadêmico	Dificuldades de locomoção (transporte) interior
Avaliação e acompanhamento pedagógico	Desigualdade no atendimento (capital/interior)
Atendimento psicossocial e promoção da saúde	Poucos funcionários na equipe multidisciplinar
Conclusão do curso	Salários defasados

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Cabe salientar que os indicadores relacionados nos fatores de contexto favoráveis e desfavoráveis descritos anteriormente foram selecionados após a análise das entrevistas, para a construção do Modelo Lógico. Conforme os relatos dos entrevistados, ainda é preciso avançar em alguns atendimentos no interior, principalmente nos Núcleos. Destaca-se que, ao mesmo tempo, são expostas algumas críticas sobre algumas demandas no interior, em que há o entendimento entre todos sobre a dificuldade da gestão superior em atender a um território extenso e geograficamente tão complexo.

De acordo com o que preconiza o art. 5º, parágrafo único, inciso II, do Decreto Nº 7.234/2010, “as instituições federais de ensino superior deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES”. É no momento da avaliação de uma política pública que o desempenho dela é posto sob análise, resultando, assim, na produção de *feedbacks* sobre as etapas anteriores (Secchi, 2013). Por intermédio do *feedback* são realizadas a análise e mensuração dos feitos de uma política pública para a sociedade (Saraiva; Ferrarezi, 2006).

Nesse sentido, há o entendimento de que, se as ações e atividades forem desenvolvidas de forma adequada, será possível obter os produtos e alcançar os resultados planejados. Dessa maneira, foi possível compreender as etapas importantes do PROAS/UEA, sua formulação e implementação, em virtude das estratégias e ações a serem executadas por grupos e indivíduos que atuam para que se alcancem os objetivos estabelecidos na política.

Interessante mencionar que a relação entre legislações *versus* prática nem sempre se complementam, o que pode ser confirmado por meio dos indicadores do contexto desfavoráveis, destacando-se a relevância de realizar avaliações com base na Teoria do Programa. Além disso, o Modelo Lógico caracteriza-se como ferramenta analítica, que visa compreender melhor o processo de construção de ações públicas, explicitando sua teoria de funcionamento e contribuindo para uma gestão mais eficiente nos programas governamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a proposta de pesquisa trouxe o conhecimento sobre a trajetória do PROAES/UEA e de suas modalidades e atividades, em termos de continuidades, avanços e inovação. Com isso, foi possível visualizar a forma pela qual esse Programa se encontra estruturado para promover ações afirmativas que gerem benefícios para o bem-estar social e a qualidade de vida dos discentes. Ao trazer à luz a cadeia de causalidade (implícita e explícita nas entrevistas e normativos) inserida na gênese do Programa, identificaram-se as hipóteses esperadas de mudança que foram explanadas, neste estudo, além de processos de avaliação futuros.

Nas categorias estabelecidas, podem-se congregiar distintos atores, tendo em vista o nível de envolvimento das ações. No mais, traçaram-se possibilidades de aplicação dos critérios de avaliação, no escopo escolhido. Em síntese, podemos confirmar a interação entre atividades, produtos e resultados, o que consolidou a apresentação de um protocolo orientador para a medição e organização do Programa.

Ademais, identifica-se vantagem ao explicitar a Teoria do Programa para outros públicos envolvidos na temática. Essa lógica contribui para um conjunto de atores envolvidos no ambiente das políticas públicas ao evidenciar a necessidade de estabelecer hipóteses explícitas sobre aquilo que está se planejando e, assim, facilitar o acompanhamento e medição dos efeitos a serem gerados.

Abrir a visão para essas ações deixa clara a necessidade de desenvolvimento teórico e avanços nas atividades práticas sobre formuladores de políticas e programas sociais. Por fim, mas não menos importante, ao construir essa proposta de avaliação, demonstramos a importância de resgatar o processo teórico e suas hipóteses causais para realizar futuras medições sistemáticas da “assistência estudantil”.

Conclui-se que esta pesquisa avançou nos seguintes aspectos: (i) Organizou elementos teóricos para avaliações a serem realizadas tanto no âmbito acadêmico quanto governamental; (ii) Contêm elementos contextuais para formar a planificação do Programa; (iii) Manifesta a Teoria do Programa resultante de um esforço analítico temporal; e (iv) Delimita um conjunto de categorias avaliativas. Por fim, acredita-se que este artigo fomenta e instiga os debates em torno da avaliação de políticas públicas no Brasil e apresenta elementos teóricos e concretos para sua operacionalização.

6 REFERÊNCIAS

ALACIP – Associação Latino-Americana de Ciência Política. Eixo temático: teoria do Programa: o que é, para que serve e quando fazer? In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9., 2017, Montevideu. **Anais...** Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017.

ANTERO, Samuel. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 791-828, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6655>. Acesso em: 16 maio, 2024.

ARAÚJO, Celso Amorim. Modelo Lógico: uma proposta para aplicação na inspeção do trabalho. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, Brasília, v. 6, jan./dez. 2022.

BORGES, Eduardo Henrique Narciso; GOUVEA, Adriane Pereira; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Entre crises e dilemas persistentes: uma análise dos programas de permanência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Plural**, São Paulo, Brasil, v. 29, n. 1, p. 60-79, 2024. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2022.192974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/192974>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRASIL. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante. Volume 1/Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipea**, Brasília, v. 1, p. 192, 2018. il., gráfs., mapa color. ISBN: 978-85-7811-319-3.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988/2020)**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais Nº 1/1992 a 108 de 2020, pelo Decreto Legislação Nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994.

CASSIOLATO, Maria Martha de Menezes Costa; GUERESI, Simone. **Como elaborar modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010. (Nota Técnica, nº. 6), Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/100924_notat.

CAVALCANTI, Pauline Cristine da Silva; GURGEL JUNIOR, Garibaldi Dantas; VACONCELOS, Ana Lúcia Ribeiro de. Um modelo lógico da Rede Cegonha. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1297-1316, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/cmcY4csz9hJDC48scBWCsVL/abstract/?lang=pt#>.

CLARO, Paulo Gabriel; SILVA, João Paulo Moreira; REZENDE, Sérgio Fernando Loreiro. **Avaliação do processo de aceleração considerando a perspectiva dos gestores e dos empreendedores**: o caso do empreendedec. [S.l.]: IFBAE, 2023. Disponível em: <https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/12910-66426487615ec577811940.pdf>.

CRAWFORD, Paul; BRYCE, Paul. Project monitoring and evaluation: a method for enhancing the efficiency and effectiveness of Aid **Project implementation**. **International Journal of Project Management**, v. 21, n. 5, p. 363-373, 2003. DOI:10.1016/S0263-7863(02)00060-1.

FERREIRA, Helder Rogério Sant’Ana; CASSIOLATO, Maria Martha de Menezes Costa; GONZALES, Roberto Henrique Sieczkowski. **Como elaborar modelo lógico de programa: um roteiro básico**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007. (Nota Técnica n.º 2). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5767?mode=full>.

FERREIRA, Luiz Cláudio Costa *et al.* Assistência estudantil: uma avaliação de sua efetividade. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 31, n. 112, 3 out. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.31.752>. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7512>. Acesso em: 6 fev. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. por Magda Lopes; Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre, Penso, 2013. 256 p. ISBN:978-85-65848-08-4.

FREITAS, Gisele de; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. Programa luz para todos: uma representação da teoria do programa por meio do modelo lógico. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, n. 45, p. 177-198, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6648>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 6 dez. 2023.

KELLOGG FOUNDATION, W. K. **Logic Model Development Guide: using logic models to bring together planning, evaluation, and action**. Michigan, 2004.

KRAUSE, Cleandro. **Modelo Lógico para análise de políticas públicas em perspectiva histórica** – Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA/ Ministério da Economia, 2020. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10125/1/td_2572.pdf.

LASSANCE, Antônio. **Análise ex ante de políticas públicas: fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática** – Texto para Discussão. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2022. ISSN 1415-4765. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11399/2/TD_2817Analise_ExAnte.pdf.

MELLO, Marcílio Barenco Corrêa de. O dever de controle e de legitimidade das despesas públicas em respeito aos princípios da equidade intergeracional. **Controle em Foco: Revista do MPC-MG** – Periodicidade semestral, Belo Horizonte: Ministério Público de Contas de Minas Gerais, v. 3, n. 5 jan./jun. 2023. ISSN impresso: 2763-6461.

MOREIRA, Denilson Nunes; MANZATTO, Ângelo Gilberto. As potencialidades que favorecem ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 13, n. 3, set./dez. 2023. DOI: 10.3895/rbpd.v12n3.15547.

MOREIRA, Vinicius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. “Minha Casa, Minha Vida”: proposta de avaliação com base na teoria do programa. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/24713>. Acesso em: 18 out. 2024.

PAWSON, Ray; TILLEY, Nick. **Realist evaluation**. London: Sage, 2004.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/abstract/?lang=pt#>.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. ISSN 1415-4765. (Texto para discussão, n.º. 2482). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. ISBN 85-256-0052-0 (Obra compl.). Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1250/1/cppv1_003_introducao.pdf.

SECCHI, L. **Conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. 2. ed. Florianópolis: CENGAGE Learning, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SELMER, Wellenton Joserli; SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de. Novo arranjo na contratação de pessoal: uma proposta de “modelo lógico de mudança do programa na PMPR”. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 2, p. 6443-6459, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv9n2-021>; <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/57028/41799>.

SILVA, Frederico A. Barbosa da; LABREA, Valéria Viana (org.). **Linhas gerais de um planejamento participativo para o programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2014. 148 p. il., il., mapas color. ISBN: 978-85-7811-211-0. Disponível em: https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/livros-e-revistas/ipea-linhas-gerais-de-um-planejamento-participativo-para-o-programa-cultura-viva_2014.pdf.

SILVA, Larissa Edna Neves *et al.* Os desafios do desenvolvimento de pesquisa na região Amazônica: descrição do trabalho de campo do projeto de “avaliação do impacto do programa criança feliz”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS EM SAÚDE, 8., 2019, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Campinas, SP: Galoá, 2019. V. 1.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas. **Resolução nº. 05/2021-CONSUNIV** – Aprova o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, UEA, 2021.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Disponível em: <https://pdi.uea.edu.br>. Acesso em; 30 jan.2023.

UEA – Universidade do Estado do Amazonas. **Relatórios de Gestão – CPI (2021 a 2023)**. Manaus, 2023. Disponível em: <https://proplan.uea.edu.br/relatorio-de-gestao-uea>.

WEISS, Carol H. **Evaluation, methods for studying programs and policies**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

ARTIGO 3

EFEITOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERMANÊNCIA E NO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO

RESUMO: Neste trabalho são apresentados alguns dos resultados da pesquisa quantitativa realizada na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O objetivo foi avaliar os efeitos do Programa de Assistência Estudantil (PROAES) na percepção dos acadêmicos de graduação da UEA, tomando-se como análise os constructos permanência no curso, desempenho acadêmico e satisfação. Foram entrevistados 270 estudantes das unidades acadêmicas distribuídas no Amazonas. Como técnicas metodológicas, foram utilizadas as análises descritivas dos dados pelo Alfa de Cronbach, os testes Mann-Whitey, a análise de Cluster e o teste de média Kruskal-Wallis. Os resultados das variáveis analisadas indicaram a influência das modalidades, ações e serviços prestados pelo PROAES/UEA na permanência e desempenho acadêmico dos discentes, gerando efeitos positivos no combate à evasão escolar e à formação acadêmica, o que evidencia a relevância da universidade no enfrentamento das desigualdades sociais na região.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Permanência; Desempenho; Satisfação.

ARTICLE 3**EFFECTS OF STUDENT ASSISTANCE ON PERMANENCE AND ACADEMIC PERFORMANCE OF GRADUATE STUDENTS**

ABSTRACT: This paper presents some of the results of a quantitative research study conducted at the Amazonas State University (UEA). The objective was to evaluate the effects of the Student Assistance Program (PROAES) on the perception of undergraduate students at UEA, using the constructs of retention in the course, academic performance, and satisfaction as the analysis. A total of 270 students from academic units distributed throughout Amazonas were interviewed. The following methodological techniques were used: descriptive analysis of the data using Cronbach's Alpha, Mann-Whitey tests, cluster analysis, and the Kruskal-Wallis mean test. The results of the variables analyzed indicated the influence of the modalities, actions, and services provided by PROAES/UEA on the retention and academic performance of students, generating positive effects in combating school dropout and academic education, which highlights the relevance of the university in addressing social inequalities in the region.

Keywords: Student Assistance; Retention; Performance; Satisfaction.

1 INTRODUÇÃO

As análises de implementação de políticas públicas são comumente identificadas com o estudo do estado em ação. O campo de implementação originou-se da ambição de compreender o longo itinerário entre a tomada de uma decisão governamental e a percepção dos resultados provocados pela intervenção pública. Itinerário esse composto por um conjunto amplo de processos, interações e ações desempenhadas por atores diversos, cuja complexidade deixa aturcidos pesquisadores e gestores públicos (Mello *et al.*, 2020).

Por essa razão que o entendimento sobre a importância e papel da assistência estudantil permite traçar rumos visando à melhoria dos serviços prestados no ensino superior, em prol da qualidade da experiência de aprendizagem e do sucesso dos estudantes (Ciobanu, 2013). Essa temática é uma preocupação global, considerando as publicações da Associação Internacional de Assuntos e Serviços Estudantis (IASAS) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acerca das questões e melhores práticas sobre assuntos estudantis no ensino superior (Luderman; Schreiber, 2020).

Nessa perspectiva, buscando adequar as novas diretrizes estabelecidas pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que regulamenta sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi aprovado o Programa de Assistência Estudantil (PROAES) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), com a concessão de bolsas e auxílios aos alunos com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Considerando a diversidade e peculiaridades do estado do Amazonas e da própria universidade e, da mesma forma, as dificuldades de análises efetivas sobre as ações da política pública, nesse estudo o objetivo foi avaliar os efeitos do PROAES na percepção dos acadêmicos de graduação da UEA. Para Isso, tomou-se como investigação os alunos beneficiários e não beneficiários do Programa e os constructos permanência, desempenho acadêmico e satisfação.

Ademais, nesta pesquisa se vislumbra sanar a seguinte questão: Qual o grau de influência das ações e dos auxílios disponibilizados pelo PROAES/UEA para permanência e desempenho acadêmico? Qual o grau de satisfação dos discentes em relação às ações e modalidades do Programa? A justificativa do exercício é fornecer análises confiáveis de dados, construídos a partir das percepções dos discentes, dando subsídios estatísticos cientificamente comprovados para a boa prática administrativa.

Neste estudo, seguindo uma lógica mais objetiva e quantitativa, optamos por analisar o desempenho acadêmico, associado às variáveis dos auxílios recebidos pelos alunos (auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-material didático-pedagógico,

auxílio-creche, auxílio-socioeconômico), da mesma forma que fizemos com o constructo permanência no curso e satisfação, avaliando o conjunto das ações e os serviços prestados aos discentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Constituição Federal de 1988 enuncia, em seu Art. 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Logo, os princípios da gestão pública são elementos da excelência do serviço público complementados por características definidoras de excelência na gestão contemporânea.

Partindo desses princípios constitucionais e da Teoria da Nova Gestão Pública (NGP) que, segundo Stadnick (2021), apresenta conceitos do gerencialismo, propondo uma gestão pública moderna e profissional, com o objetivo de atender, eficientemente, às demandas do cidadão. Neste estudo, buscou-se investigar a efetividade de uma política pública, tendo como centro o discente beneficiário da assistência estudantil, cidadão/cliente do PROAES/UEA. Dito isso, nos tópicos a seguir se destacam os fundamentos basilares para atender aos resultados dos objetivos propostos.

2.1 A Política Nacional de Assistência Estudantil

Devido à expansão do acesso às universidades pelas diferentes camadas sociais da sociedade brasileira, o governo federal criou, no ano 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Portaria Normativa N° 39, de 12 de dezembro. Posteriormente, foi instituído como Programa, pelo Decreto N° 7.234, de 19 de julho de 2010, destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

O PNAES tornou-se um Programa de grande relevância no país, por promover o acesso à educação superior de qualquer classe social. Por esse motivo, foi instituído como Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Lei N° 14.914, de 03 de julho de 2024. Entre os programas abrangidos por essa política pública estão: a Bolsa-Permanência, a ser concedida a estudantes do ensino superior que não recebam bolsa de estudos de órgãos governamentais. Além disso, a lei agora sancionada trata de outros nove programas em áreas como moradia estudantil e transporte para alunos (Brasil, 2024).

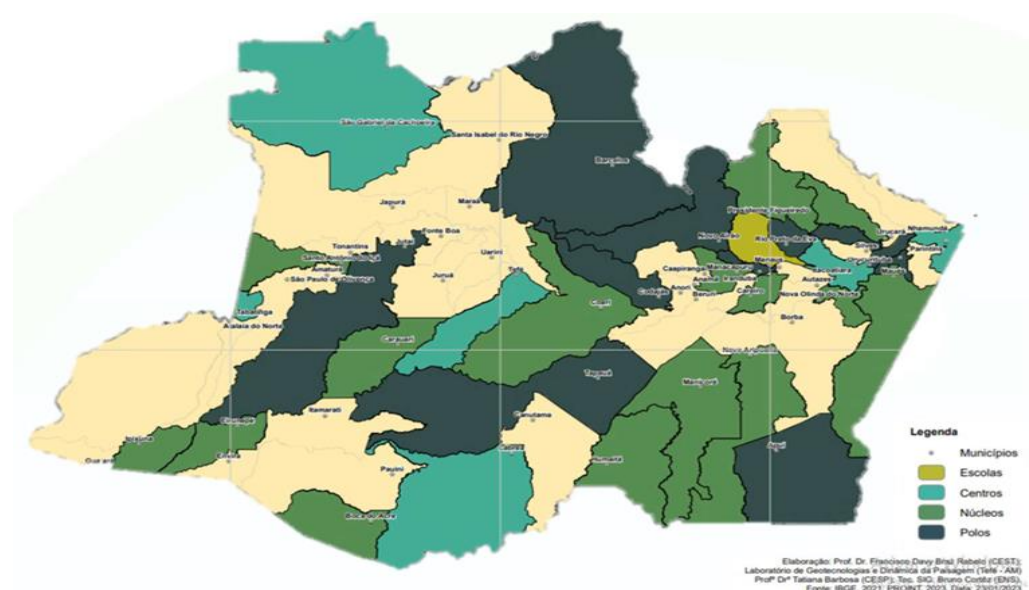
2.2 O Programa de Assistência Estudantil na UEA

A Política Pública de Assistência Estudantil na UEA se estabelece a partir do Programa de Assistência Estudantil (PROAES), normatizado pela Resolução N° 05/2022-CONSUNIV.

Visa garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação e pós-graduação dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida.

Atualmente, a UEA é uma das mais importantes ferramentas de cooperação para desenvolvimento da região, apoiada no princípio de que a educação é o caminho mais seguro para o crescimento econômico, social e sustentável. Como estratégia para vencer os desafios impostos pelas características geográficas do estado, representadas por distâncias e dificuldades de acesso, a UEA possui estrutura *multicampi* e utiliza as seguintes modalidades de ensino: presencial, presencial modular, presencial mediado por tecnologia e EAD, em suas unidades acadêmicas denominadas Escolas, Centros, Núcleos e Polos, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – UEA no Estado do Amazonas



Fonte: IBGE, 2021; PROINT, 2023.

O Programa de Assistência Estudantil tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública estadual, articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Visa ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial, tendo prioridade aqueles oriundos da rede pública de educação básica, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

O PROAES constitui-se das seguintes modalidades: (i) Casa do Estudante (Moradia Estudantil); (ii) Transporte; (iii) Auxílio-Socioeconômico; (iv) Auxílio-Alimentação (Restaurantes Universitários); (v) Auxílio-Creche; e (vi) Auxílio-Material (Didático-Pedagógico), como descrito no Quadro 1.

Quadro 1– Principais modalidades do PROAES/UEA

(6) - ESCOLAS SUPERIORES (6) - CENTROS SUPERIORES (15) - NÚCLEOS SUPERIORES	Casa do Estudante (Moradia Estudantil)	Auxílio-Aluguel	Auxílio-Transporte	Auxílio-Material Didático-Pedagógico	Auxílio- Socioeconômico	Auxílio- Alimentação/ RU	Auxílio-Creche
Escola Normal Superior (ENS) – Capital/AM.							
Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT) – Capital/AM.							
Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA) – Capital/AM.							
Escola Superior de Ciências Sociais (ESO) – Capital/AM							
Escola de Direito (ED) – Capital/AM.							
Escola Superior de Tecnologia (EST) – Capital/AM.							
Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB) – Interior/AM.							
Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) – Interior/AM.							
Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST) – Interior/AM.							
Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara (CESIT) – Interior/AM.							
Centro de Estudos Superiores de Lábrea (CESL) – Interior/AM.							
Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira (CESGC) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Boca do Acre (NESBC) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Carauari (NESCOAR) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Coari (NESCOA) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé (NESEIR) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Humaitá (NESHUM) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Manacapuru (NESMAN) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Manicoré (NESMC) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Maués (NESMAU) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã (NESNAP) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Presidente Figueiredo (NESPFD) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Careiro Castanho (NESCAC) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Ipixuna (NESIX) – Interior/AM							
Núcleo de Ensino Superior de Nova Olinda do Norte (NESNON) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Santo Antônio do Içá (NESSAI) – Interior/AM.							
Núcleo de Ensino Superior de Tapauá (NESTAP) – Interior/AM.							

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Vale salientar que as modalidades de ensino influenciam no processo de seleção. No caso das unidades denominadas Núcleos, somente o auxílio-socioeconômico é disponibilizado aos alunos. Com relação ao auxílio-creche, mesmo constando na legislação, ainda não é acessível pelos discentes, como demonstrado no Quadro 1. Além dessas unidades acadêmicas, existem 21 unidades menores denominadas Polo, que estão localizadas em pontos estratégicos, formando uma rede de atendimento capaz de cobrir a extensão territorial do maior estado brasileiro.

2.3 Desempenho acadêmico e permanência no curso

Inserida no seio da Região Norte, a maior região brasileira, a UEA surge como resposta à demanda da sociedade amazonense por necessidade de assegurar formação sólida de recursos humanos, o desenvolvimento do conhecimento científico e o fortalecimento das políticas governamentais de desenvolvimento sustentável do estado do Amazonas (PDI, 2021). Nesse contexto, insere-se a Assistência Estudantil, aspirando minimizar as desigualdades sociais e promover o bem-estar social.

Partindo desse entendimento, destacamos a pesquisa realizada por Pacheco (2024) sobre os motivos de evasão de estudantes dos cursos presenciais do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná (IFPR). Segundo esse autor, foi constatado que a assistência estudantil tem papel fundamental para a permanência dos estudantes, mesmo apresentando algumas fragilidades institucionais.

De acordo com a pesquisa realizada por Lima, Alves e Canela (2021), com a ampliação do acesso ao ensino superior houve aumento dos discentes de menor renda e vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas. Assim, é possível afirmar que a situação socioeconômica dos estudantes e o recebimento de auxílio estudantil tornam-se determinantes para a permanência desse público-alvo nas universidades. Esses estudos embasam a primeira hipótese desta pesquisa: **H₁** – Os benefícios e, ou, auxílios, ações e atividades oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UEA influenciam a Permanência no Curso (PC).

Essa realidade estudada corrobora Imperatori (2017) ao afirmar que investigar sobre assistência estudantil torna patente sua importância para entender, de forma abrangente, o quanto sua influência tem efeitos na permanência estudantil e nas trajetórias de vida acadêmica dos estudantes.

Isso está em conformidade com Alencar (2022), que investigou o rendimento acadêmico dos alunos do IFPA – Campus Bragança contemplados com o PNAES no ano 2017,

com o objetivo de verificar se o Programa havia atingido sua finalidade. Os resultados indicaram melhor rendimento acadêmico dos alunos contemplados pelo PNAES, podendo concluir que o desempenho acadêmico se deve ao apoio financeiro.

Já nos estudos de Andrade e Teixeira (2017) o objetivo foi relacionar a intenção de permanência, o desempenho acadêmico e a percepção de desenvolvimento psicossocial com as áreas do PNAES. Os resultados apontaram correlações baixas ou inexistentes das variáveis-alvo com as áreas desse Programa. Destacou-se o desenvolvimento psicossocial relacionado a todas as variáveis analisadas. Implicações dos resultados para o aprimoramento das políticas e das ações de apoio ao êxito acadêmico são discutidas.

Com o objetivo de analisar o impacto de políticas assistenciais no desempenho acadêmico de estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Silva, Penha e Rodrigues (2023) realizaram uma pesquisa a partir dos dados disponibilizados pela Diretoria de Registro Escolar (RES). Eles apontaram em seus resultados que a assistência estudantil impacta, de maneira positiva, o rendimento dos estudantes, constituindo importante iniciativa para promover maior inclusão de estudantes de baixa renda. Dado o exposto, tem-se como segunda hipótese deste estudo: H_2 – Os benefícios e, ou, auxílios, ações e atividades oferecidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UEA influenciam o Desempenho Acadêmico (DA).

E necessário ressaltar que a Assistência Estudantil é considerada uma política governamental que visa reduzir a evasão e o baixo desempenho em universidades federais, indicando 10 áreas de intervenção. Estudos apontam que a decisão de permanência no curso, o desempenho acadêmico e o próprio desenvolvimento psicossocial dos estudantes universitários são afetados por fatores contextuais, pessoais, relacionais e acadêmicos (Andrade; Teixeira, 2017).

Na pesquisa intitulada o Programa de Assistência Estudantil no campus de uma Universidade Pública Federal da Região Amazônica, os resultados evidenciaram que as ações do Programa diminuem a evasão escolar. Ademais, verificaram-se possíveis melhorias com a adoção de medidas que incentivam a conclusão do curso por parte dos alunos, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como a ampliação e aumento do valor dos auxílios estudantis.

2.4 Satisfação dos discentes

Segundo o Dicionário Aurélio, o significado da palavra satisfação está relacionado ao êxito pessoal ou daquilo que se espera. Além disso, pode ser determinada pela reação do cliente

ao serviço recebido, sendo, portanto, indicador sensível da qualidade do atendimento. Para a administração pública, eficiência é “oferecer à sociedade um serviço público de melhor qualidade, em que o critério de êxito seja sempre o do melhor atendimento ao cidadão-cliente a um custo menor” (Bresser-Pereira, 2000, p. 18). Dessa forma, assume-se como terceira hipótese: **H₃** – Os discentes beneficiários e não beneficiários estão satisfeitos com as ações e serviços oferecidos pela Assistência Estudantil da UEA.

A avaliação da dimensão satisfação deve ser uma constante para gestores públicos e na avaliação de políticas públicas, pois ela vem revelar a efetividade dos serviços prestados à população. Assim, Maranhão (2016) buscou verificar o nível de satisfação dos universitários residentes nas moradias estudantis do Campus-Sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco, além de apresentar o perfil dos residentes segundo as variáveis sociodemográficas, socioeconômicas, culturais e acadêmicas, relativas ao Programa de Residência Estudantil.

Os resultados encontrados por esse autor apontaram que a grande maioria está satisfeita com a residência estudantil, sendo os residentes os que melhor avaliaram as dimensões do estudo, evidenciando pontos positivos e negativos. Todavia, o estudo de Fava e Cintra (2022) enfatiza a necessidade de construir indicadores para medir e avaliar a política de assistência estudantil em âmbitos federal ou estadual, bem como defende o aprimoramento de mecanismos de avaliação de políticas públicas como essencial para uma gestão pública cada vez mais eficiente.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa atendeu aos requisitos éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 466/2012. A pesquisa também foi aprovada previamente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFV, com o consentimento institucional do reitor da UEA, em que a pesquisa foi conduzida com o consentimento dos participantes, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

3.1 Apontamentos teóricos da pesquisa

Este estudo tem caráter descritivo e exploratório, com abordagem quantitativa, cujo objetivo é “descrever as características de determinada população, ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, explicitando as características, valores e problemas relacionados à cultura de determinada comunidade” (Gil, 1999).

A avaliação dos instrumentos de medição utilizados em uma pesquisa quantitativa é de extrema importância, uma vez que confere relevância a ela. O alfa de Cronbach é uma técnica comumente utilizada de confiabilidade e medida da consistência interna de uma escala para um conjunto de dois ou mais indicadores de constructo (Bland; Altman, 1997).

Segundo Hair (2009), os valores de Alfa de Cronbach considerados como o limite inferior de aceitabilidade são entre 0,60 e 0,70. Esse autor apresenta uma medida de confiabilidade, utilizada para o cálculo do nível de correlação entre determinados itens, gerando um valor entre 0 e 1, em que 1 significa maior autenticidade.

Para avaliar se os constructos apresentam resultados diferentes entre os grupos de alunos beneficiários e não beneficiários, foi aplicado o teste não paramétrico de médias Mann-Whitney, que, segundo Oliveira, (2020), são baseados nas posições das observações e não em suas grandezas numéricas.

Outro processo realizado neste estudo foi a análise de Cluster, sendo a metodologia de *clustering* uma abordagem de análise estatística multivariada (Mardia; Kent; Bibby, 1979; Johnson; Wichern, 1995). Essa técnica possibilita a identificação de grupos com características homogêneas, que pode ser usada quando se têm pelo menos três variáveis numéricas.

Por fim, realizou-se o teste não paramétrico proposto por Kruskal-Wallis (Kruskal; Wellis, 1952). Como esse teste compara k amostras (pareadas ou não), neste trabalho se optou por uma análise comparativa entre os três clusters (grupos) formados, para verificar se há ou

não diferenças entre os três constructos (Desempenho Acadêmico, Permanência no Curso e Satisfação).

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Para o cumprimento dos objetivos deste estudo, foi aplicado um questionário a 207 alunos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). O instrumento continha 35 questões, abrangendo três partes: (i) Caracterização dos entrevistados; (ii) Grau de influência dos efeitos PROAES/UEA; e (iii) Identificação do grau de satisfação dos discentes nas diferentes áreas do PROAES. Medição significa atribuir números a objetos ou eventos de acordo com regras ou, ainda, a atribuição de uma escala numérica (quantitativa) ou descritiva (qualitativa) a determinado evento ou objeto (Hora; Monteiro; Arica, 2010).

3.3 Procedimentos analíticos

O procedimento analítico ocorreu a partir dos levantamentos dos dados obtidos do questionário e segmentados nos três constructos do estudo. Para isso, foi adotada a escala de Likert (1932). Os constructos e as variáveis foram medidos utilizando a seguinte escala: 1- Não influencia, 2- Pouco influencia, 3- Neutro, 4- Influencia e 5- Influencia totalmente. O tratamento dos dados foi pelo software Statistical Package for the Social Science (SPSS) na versão 23.0, licenciada, além do Microsoft Excel 2016.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentados os resultados do estudo, considerando-se a validação dos constructos, sua análise individual, o agrupamento em clusters e a comprovação da diferença de médias entre os grupos.

4.1 Análise descritiva dos dados

Na Tabela 1 é apresentada uma análise descritiva dos dados, com as médias e os desvios-padrão das variáveis do estudo. Dos 270 estudantes entrevistados, 92 são beneficiários do Programa de Assistência Estudantil da UEA e 177 não recebem essa assistência. A idade média dos alunos beneficiários do Programa é de 24,99 anos, variando de 18 a 55 anos, com maior número de estudantes na faixa de 20 a 26 anos (63 alunos).

Quanto ao estado civil dos 92 estudantes beneficiários do Programa, 77 são solteiros, 14 casados/união estável e um divorciado. Desses beneficiários, 51 alunos são do sexo feminino e 41 do masculino. Quanto à cor ou à raça deles, 59 declararam-se pardos, 17 brancos, 14 indígenas, um amarelo e nenhum preto. Dos estudantes que responderam ao questionário e não são beneficiários do Programa Estudantil, 130 são pardos, 18 brancos, 15 indígenas e 14 pretos.

As mulheres são maioria entre alunos beneficiados, com a prevalência de autodeclaração da cor parda. Esses achados vão de encontro aos estudos de Barbosa *et al.* (2018), que expõem que as políticas afirmativas para negros e indígenas e as políticas de permanência para remanescentes de quilombos e indígenas aldeados merecem destaque no rol das ações de assistência estudantil. Isso porque se trata de importante processo de expansão, interiorização e democratização do acesso e permanência na educação superior, principalmente no Amazonas, onde 29% da população é indígena, segundo o novo Censo do IBGE realizado em 2022.

Quanto ao município onde se encontram os estudantes beneficiários do Programa, 38 são moradores de Manaus, 22 de Parintins, 21 de Itacoatiara, 3 de Tabatinga, 3 de Tefé, 3 de Eirunepé, 1 de São Sebastião do Uatumã e 1 de Carauari. Dos 177 estudantes que não são beneficiados do Programa, 55 são de Itacoatiara, 49 de Manaus, 31 de Parintins, 10 de Eirunepé, 9 de Tabatinga, 8 de Carauari, 5 de Humaitá e 1 de cada um dos municípios de Tefé, Coari, Benjamin Constant, Barreirinha, Presidente Figueiredo, Manacapuru, Maués e Novo Aripuanã.

Dos cursos que os estudantes beneficiários cursam, 17 são da Engenharia Florestal, 10 da Geografia, 9 de Engenharia da Computação, 8 de Letras, 6 de Pedagogia, 5 de Contabilidade, 5 de Enfermagem, 4 de Tecnologia de Alimentos, 4 de Química, 3 de Matemática, 3 de Administração, 2 de Engenharia Eletrônica, 2 de Medicina, 2 de Odontologia e 2 de Biologia. e apenas 1 beneficiário em cada um dos seguintes cursos: Dança, Economia, Bioquímica, Direito, Engenharia de Materiais, Engenharia Química e Física. Quanto à modalidade do curso para os alunos beneficiários, 84 são cursos presenciais regulares, três de presencial modular, três de presencial mediado por tecnologia e dois do ensino a distância (EaD), sendo todos esses estudantes dos municípios de Itacoatiara e Eirunepé.

Esses resultados evidenciam a importância da UEA no estado do Amazonas, posto que a sustentação de progresso econômico se dá com base na evolução do capital humano, como demonstrado no estudo sobre a “Zona Franca de Manaus (ZFM): impactos, efetividade e oportunidades”, da Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP). O processo de desenvolvimento regional desencadeado pela implantação da ZFM (que alimenta a universidade com recursos) impacta os indicadores educacionais.

Seguindo a análise, as variáveis auxílio-moradia estudantil, auxílios-transporte, material didático e pedagógico, auxílio-socioeconômico, auxílios-alimentação e creche, atendimento de saúde física e mental, acesso às atividades físicas ou de esporte, acesso a computador, aparelhos eletrônicos e internet e acessibilidade e qualidade de ensino influenciam o desempenho acadêmico, a permanência dos estudantes no curso e a satisfação deles. Essas variáveis foram avaliadas em uma escala de 1, não influencia, a 5, influencia totalmente (escala Likert), cujas médias gerais obtidas na avaliação estão apresentadas na Tabela 1.

Com relação à percepção de satisfação dos estudantes com o PROAES/UEA, os escores observados variaram de 2,20 a 3,71, revelando a tendência de os estudantes estarem ao menos medianamente satisfeitos com os aspectos avaliados (à exceção da variável qualidade do ensino, com média superior a 3), o que demonstra a necessidade de aprimoramento das ações. Tais resultados possuem relação com estudos de Andrade e Teixeira (2017), que buscaram relacionar as áreas da política de assistência estudantil em relação com o desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários.

Quando perguntados sobre a intenção de permanecer no curso, a média foi 2,69 e quanto à percepção do seu próprio desempenho, 4,45, em uma escala de 1 a 5. Esses resultados indicam que os estudantes da amostra estão determinados a concluir os cursos e que a universidade vem agregando experiências que contribuem para o desenvolvimento pessoal deles.

Tabela 1 – Análise descritiva das variáveis analisadas

Variável	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Beneficiário ou não do Programa	0,342	0,475	0	1
Gênero	0,563	0,499	0	1
Idade	25,57	7,251	18	56
Cor ou raça	2,817	1,448	1	5
Estado civil	1,61	0,783	0	2
Modalidade do curso	0,069	0,397	0	3
Moradia estudantil no desempenho acadêmico	2,662	1,752	0	5
Transporte no desempenho acadêmico	3,803	1,589	1	5
Material didático e pedagógico no desempenho acadêmico	3,639	1,521	1	5
Auxílio-socioeconômico no desempenho acadêmico	4,115	1,465	1	5
Auxílio-alimentação no desempenho acadêmico	4,071	1,359	1	5
Auxílio-creche no desempenho acadêmico	2,119	1,612	1	5
Moradia estudantil para a permanência no curso	2,781	1,569	1	5
Transporte para a permanência no curso	3,755	1,492	1	5
Material didático e pedagógico para a permanência no curso	3,584	1,446	1	5
Auxílio-socioeconômico para a permanência no curso	4,092	1,401	1	5
Alimentação para a permanência no curso	3,970	1,621	1	5
Auxílio-creche para a permanência no curso	2,160	1,331	1	5
Grau de satisfação dos discentes quanto ao auxílio-moradia estudantil	2,959	1,290	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o auxílio-transporte	2,394	1,339	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o auxílio-alimentação	2,799	1,284	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o atendimento à saúde física e mental	2,204	1,257	1	5
Grau de satisfação dos discentes com atividades físicas e de esporte	2,271	1,415	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o auxílio-creche	2,372	1,354	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o acesso a computadores, aparelhos eletrônicos em geral e internet	2,810	1,354	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o auxílio-material (didático e pedagógico)	2,662	1,231	1	5
Grau de satisfação dos discentes com a acessibilidade	2,862	1,284	1	5
Grau de satisfação dos discentes com o auxílio-socioeconômico	2,825	1,451	1	5
Grau de satisfação dos discentes com a qualidade do ensino	3,717	1,100	1	5
Você pensa em mudar ou sair do curso atual?	2,695	1,479	1	5
Como você julga o seu desempenho acadêmico?	3,454	0,990	1	5

Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Resultados semelhantes foram obtidos por Julião, Pereira e Ferreira (2022), que verificaram que a política de assistência estudantil impacta positivamente o desempenho acadêmico de estudantes de baixa renda. Além de ser vital para prover os recursos para a permanência dos estudantes na educação superior, essa política contribui para a qualidade do aprendizado.

4.2 Validação dos constructos pelo Alpha de Cronbach

Os constructos, “Desempenho Acadêmico”, “Permanência no Curso” e “Satisfação dos Estudantes”, foram validados pelo Alpha de Cronbach, cujos resultados podem ser visualizados na Tabela 2. A confiabilidade do Coeficiente Alfa de Cronbach normalmente varia entre 0 e 1 (Gliem; Gliem, 2004), sendo 0,70 o valor mínimo aceitável para o Alfa.

Desse modo, para cada uma das três dimensões os valores de alfa de Cronbach obtidos foram maiores do que 85%. Especificamente, foi observado um alfa de Cronbach de 81% para Desempenho Acadêmico, um alfa de 83% para Permanência no curso e um alfa de 87% para Satisfação dos discentes. Por meio desses resultados, é possível afirmar que os itens são homogêneos e a escala mede consistentemente a característica para a qual foi criada (Tabela 2).

Tabela 2 – Alfa de Cronbach para os três constructos

Constructos	Média	Desvio-padrão	Covariância	Alfa de Cronbach
Desempenho Acadêmico – DA	3,390	1,14	0,996	0,808**
DA- Moradia Estudantil				
DA- Transporte				
DA- Material Didático e Pedagógico				
DA- Auxílio-Socioeconômico				
DA- Auxílio-Alimentação				
DA- Auxílio-Creche				
Permanência no Curso – PC	3,401	1,11	1,084	0,831**
PC- Moradia Estudantil				
PC- Transporte				
PC- Material Didático e Pedagógico				
PC- Auxílio-Socioeconômico				
PC- Alimentação				
PC- Auxílio-Creche				
Satisfação dos Discentes – SAT	2,717	0,86	0,638	0,868**
SAT- Moradia Estudantil				
SAT- Transporte				
SAT- Alimentação				
SAT- Atendimento de Saúde Física e Mental				
SAT- Acesso às Atividades Físicas ou de Esporte				
SAT- Acesso à creche				
SAT- Acesso a computador, aparelhos eletrônicos e internet				
SAT- Material Didático e Pedagógico				
SAT- Acessibilidade				
SAT- Auxílio-socioeconômico				
SAT- Qualidade de Ensino				

**Significativo.

4.3 Teste paramétrico Mann-Whitney

Para avaliar se os constructos apresentam resultados diferentes entre os grupos beneficiários e os não beneficiários, como os dados não apresentam distribuição normal, foi aplicado o teste não paramétrico de médias Mann-Whitney a duas amostras independentes, a fim de testar essa hipótese. As probabilidades do teste devem ser interpretadas a 10% de significância.

Assim sendo, os resultados do teste de médias para o constructo “Desempenho Acadêmico” foi 0,065, enquanto o de “Permanência no Curso”, de 0,0540. Logo, ambos os resultados são significativos a 10%, ou seja, há diferença nas duas médias para os dois constructos avaliados. Já para o constructo “Satisfação dos Discentes” o resultado do teste de médias foi 0,746 (Prob < $|z|$ = 0,746), ou seja, não significativo a 10% de probabilidade e não há diferença entre as duas médias (Tabela 3).

Tabela 3 – Teste de médias de Mann-Whitney para duas amostras independentes

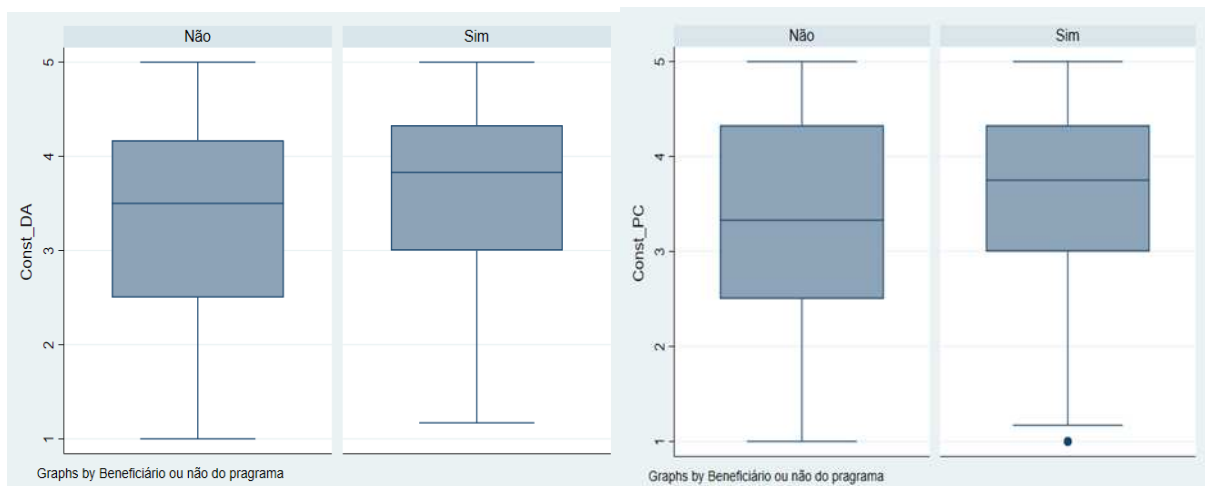
Constructo	Variância ajustada	Z de Mann-Whitney	Probabilidade
Desempenho Acadêmico – DA	364.856,74	-1,840	0,0657 **
Permanência no Curso – PC	364.502,68	-1,927	0,0540**
Satisfação dos Discentes – SAT	365.728,85	0,324	0,7459 ^{ns}

*Significativo a 10%; e ^{ns}Não significativo.

Mediante os resultados do teste de médias, podemos observar que há diferença significativa entre as médias dos estudantes beneficiários do Programa em relação às médias dos não beneficiários. Na Figura 2 foram apresentadas as médias dos estudantes beneficiários (Sim) do Programa e a média das respostas dos estudantes não beneficiários (Não) para os três constructos formados.

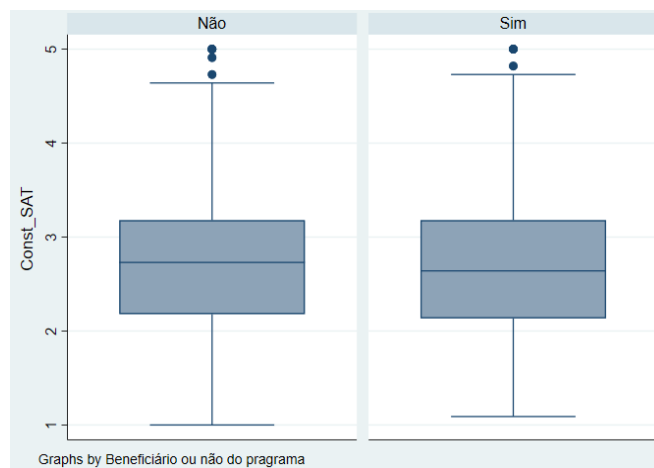
Podemos verificar que as médias dos estudantes beneficiários (Sim) foram 3,55 e 3,56 maiores do que as apresentadas pelas respostas dos estudantes (Não) beneficiários, que foram 3,32 e 3,30, respectivamente para os constructos Desempenho Acadêmico (DA) e Permanência no Curso (PC) (Tabela 2). Assim sendo, os estudantes que são beneficiários avaliaram melhor os constructos DA e PC. Já para o constructo Satisfação dos Discentes as médias pelo teste de médias foram não significativas, não havendo diferença significativa entre as médias dos beneficiários (2,72) e dos não beneficiários (2,71), como mostrado na Tabela 4.

Figura 2 – Gráfico *box plot* com as médias dos estudantes beneficiários do Programa (Sim) e não beneficiários (Não)



(a)

(b)



(c)

Fonte: Elaboração da autora, com dados da pesquisa.

Tal resultado é compatível com os dos estudos de Kroth e Barth (2022), que buscaram analisar a contribuição dos auxílios financeiros oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para estudantes socioeconomicamente vulneráveis de uma universidade federal jovem do interior da Região Sul do Brasil. Os resultados demonstraram que estudantes beneficiários do PNAES obtiveram melhor desempenho acadêmico, comparativamente, do que os alunos não beneficiários de auxílios, indicando evidências do efeito positivo dessa política para esse perfil de universidade. Ficam, pois, evidentes no estudo os efeitos positivos do Programa para os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 4 – Teste de médias de Mann-Whitney para duas amostras independentes

Estudantes	Obs.	Média		
		Desempenho Acadêmico – DA	Permanência no Curso – PC	Satisfação dos Discentes – SAT
Beneficiário	92	3,551	3,556	2,723
Não beneficiário	177	3,324	3,304	2,713

*Significativo a 10%; e ^{ns}Não significativo.

Os estudantes beneficiários do Programa avaliaram melhor o constructo DA e PC e lhe atribuíram maiores notas. Como mencionado anteriormente, todas as variáveis que compõem esse constructo foram avaliadas em uma escala Likert de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

Quanto ao constructo **Desempenho Acadêmico**, 37 estudantes beneficiários responderam no questionário que a variável auxílio-moradia não influencia esse constructo, e 39 acreditam que influencia totalmente. Quanto ao auxílio-transporte dos estudantes beneficiários, 11 falaram que esse benefício não influencia o desempenho acadêmico, enquanto 57 responderam relataram que influencia totalmente (grifo nosso).

Com relação ao auxílio-material didático e pedagógico, 19 estudantes beneficiários falaram que não influencia, e 38 responderam que influencia totalmente. Com relação aos auxílios socioeconômico e alimentação, 64 estudantes beneficiários disseram que esses auxílios influenciam totalmente o desempenho acadêmico, enquanto 14 e 7 alunos responderam que não influenciam, respectivamente.

Já para o auxílio-creche 61 estudantes responderam que esse auxílio não influencia no desempenho acadêmico; desses, 31 são do sexo feminino e 30 do sexo masculino, com concentração de idades entre 18 e 27 anos, enquanto 22 alunos beneficiários responderam que esse auxílio influencia totalmente no desempenho acadêmico. Ressaltamos que esse auxílio não é disponibilizado aos estudantes, porém, na percepção das beneficiárias, ele pode influenciar a permanência e desempenho acadêmico, principalmente, das mulheres que já são mães e não têm com quem deixar os filhos em casa, o que pode levá-las a desistirem do curso.

Essa análise é compatível com os estudos realizados por Lacerda e Valentine (2018) e Lago e Gonçalves (2019), cujas pesquisas demonstraram que os benefícios oferecidos aos alunos por meio do PNAES influenciam positivamente a vida acadêmica dos estudantes. Quanto aos benefícios, as variáveis alimentação, transporte e auxílio-socioeconômico são as

mais bem avaliadas pelos discentes, confirmando o efeito positivos desses auxílios para o desempenho acadêmico dos estudantes da UEA.

Para o constructo **Permanência no curso**, 33 estudantes beneficiários responderam no questionário que o auxílio-moradia não influencia a permanência dos estudantes no curso, mas 42 acreditam que influencia totalmente a permanência. Quanto ao auxílio-transporte, dos estudantes beneficiários, 17 falaram que esse benefício não influencia a permanência, ao passo que para 57 alunos influencia totalmente (grifo nosso).

Em relação ao auxílio-material didático e pedagógico, 20 estudantes beneficiários falaram que não influencia a permanência no curso e 37 disseram que influencia totalmente. Para os auxílios-socioeconômico e de alimentação, 57 e 61 estudantes beneficiários, respectivamente, afirmam que esses auxílios influenciam totalmente e apenas 14 e nove estudantes, respectivamente, responderam que não influenciam. Já para o auxílio-creche 58 estudantes responderam que esse auxílio não influencia a permanência no curso, e 22 discentes afirmaram que esse auxílio influencia totalmente.

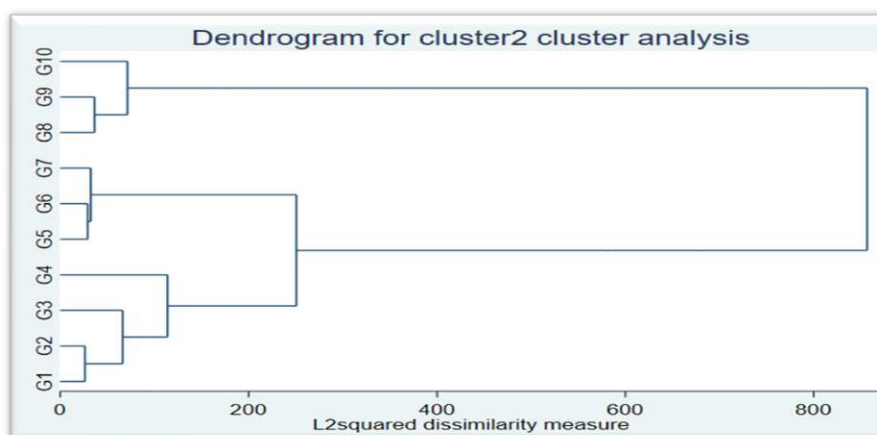
Nesse cenário fica evidente que as ações e modalidades do Programa influenciam a vida acadêmica dos discentes, cujos dados se relacionam com os resultados encontrados na pesquisa de Falcon e Oliveira (2021). Esses autores relaram que a Política de Assistência Estudantil como um Programa decisivo para a permanência dos estudantes no curso garante a eles suas necessidades básicas e os auxilia nos estudos e desenvolvimento de suas potencialidades.

4.4 Análise de Cluster

Esta análise foi realizada visando agrupar os estudantes conforme o nível de **satisfação** quanto aos três constructos em foco neste trabalho e verificar se há grandes diferenças na composição dos grupos em função de elementos pessoais e democráticos e do fato de serem ou não beneficiários dos programas (grifo nosso).

Segundo Hair (1998), a análise de Cluster traz um conjunto de técnicas estatísticas cujo objetivo é agrupar objetos segundo suas características, formando grupos ou conglomerados homogêneos. Desse modo, destaca-se a Figura 3, que ilustra claramente a formação de três clusters. A partir dos resultados foi possível observar três grupos distintos: o cluster 1, composto por 96 estudantes; o cluster 2, formado por 103 alunos; e o cluster 3, constituído por 70 discentes.

Figura 3 – Análise de Cluster para constructos formados



Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Na Tabela 5 são apresentadas as médias dos três clusters formados para os três constructos. O cluster 1 é o que possui maior média, 0,41 estudante beneficiário do Programa de Assistência Estudantil, seguido do cluster 2, com média de 0,34 estudantes; e, por último, do cluster 3, com média de 0,26 estudante beneficiário do Programa. Considerando os constructos dentro de cada grupo formado, o cluster 1 foi o que melhor avaliou os constructos, apresentando maiores médias de avaliação.

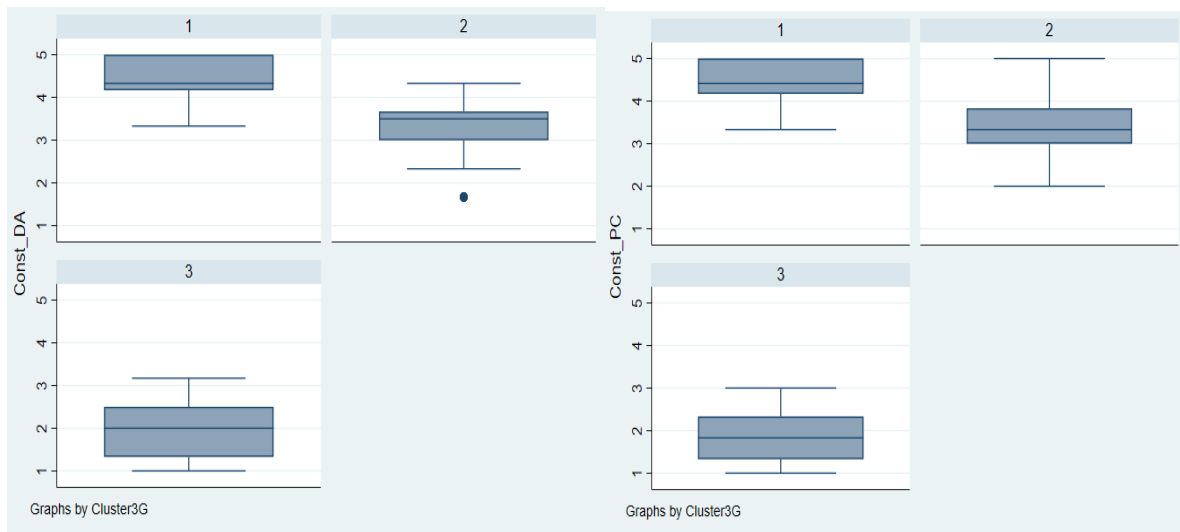
Para o constructo Desempenho Acadêmico, a média no cluster 1 foi de 4,48 estudantes, e para o constructo Permanência no curso 4,46 e para a satisfação dos discentes, 3,01. E a menor avaliação para os constructos Desempenho Acadêmico e Permanência no Curso foi observada no cluster 3, com menores médias: 1,94 e 1,84, respectivamente (Tabela 5). Já o constructo Satisfação dos Discentes teve a menor avaliação observada nesse cluster. A média de idade dos estudantes que responderam aos questionários foi de 25,57 anos.

Tabela 5 – Três clusters e suas médias para os três constructos formados

Cluster	Idade	Estado civil	Desempenho Acadêmico – DA	Permanência no Curso – PC	Satisfação dos Discentes – SAT	Beneficiário do Programa
1	25,92	1,4	4,48	4,46	3,01	0,41
2	24,95	1,7	3,39	3,44	2,45	0,34
3	26,01	1,6	1,94	1,84	2,71	0,26
Total	25,57	1,61	3,40	3,39	2,72	0,34

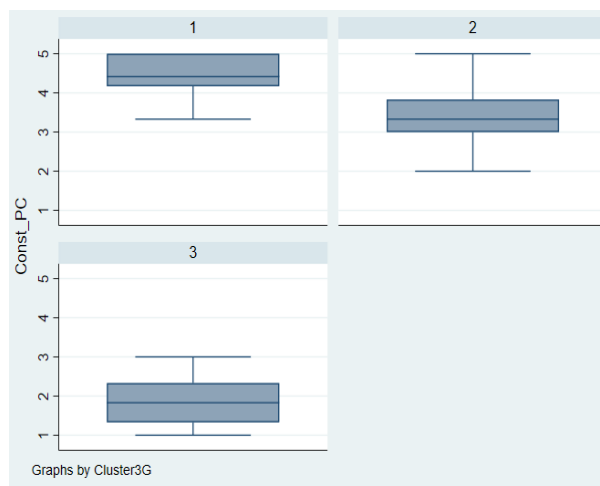
Fonte: Elaboração da autora, 2024.

Figura 4 – Gráfico *Box Plot* dos três grupos formados para cada constructo



(a)

(b)



(c)

Fonte: Elaboração da autora, com dados da pesquisa, 2024.

A partir da análise dos três clusters e de suas médias, podemos observar que as médias nos dois grupos foram altas, demonstrando a efetividade do Programa e de seus efeitos nos alunos em vulnerabilidade socioeconômica. Considera-se relevante e necessário “aprimorar as políticas de assistência estudantil direcionadas para grupos mais vulneráveis, e recomendam-se avaliações futuras (Fonseca *et al.*, 2023).

4.5 Teste de médias Kruskal-Wallis

Para confirmar se os três clusters formados são diferentes nos três constructos, utilizamos o teste de médias de Kruskal-Wallis para k amostras independentes. O teste de Kruskal-Wallis é não paramétrico e utilizado na comparação de três ou mais amostras independentes. Ele nos indica se há diferença entre pelo menos dois deles, e os resultados são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Teste de médias de Kruskal-Wallis para k amostras independentes

Constructo	Média	X ² de Kruskal-Wallis	Probabilidade
Desempenho Acadêmico – DA			
Não beneficiário	3,32	0,0663	0,0657**
Beneficiário	3,55		
Permanência no Curso – PC			
Não beneficiário	3,30	0,0546	0,540**
Beneficiário	3,55		
Satisfação dos Discentes – SAT			
Não beneficiário	2,71	0,7461	0,7459 ^{ns}
Beneficiário	2,72		

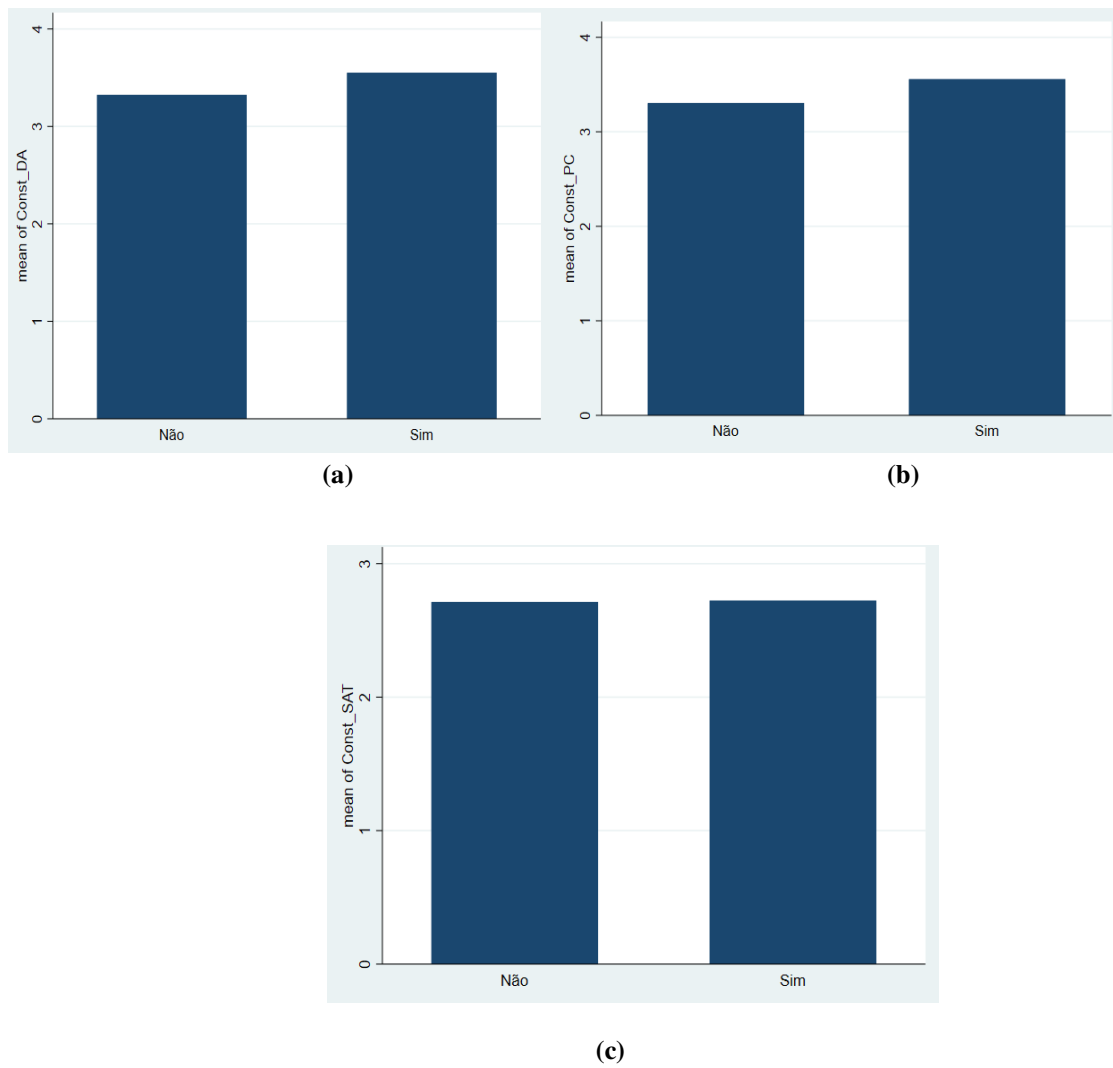
*Significativo a 10%; e não significativo.

Como destacado nesses gráficos, a análise dos grupos a partir do teste de médias de Kruskal-Wallis confirma que há diferença entre os dois grupos (não) beneficiários e beneficiários (sim) nos constructos Desempenho Acadêmico – DA (média 3,32/Não e 3,55/Sim) e Permanência no Curso (média de 3,32/Não e 3,55/Sim).

Os resultados indicam a relevância do Programa na vida acadêmica dos estudantes da UEA. Porém, para o Constructo Satisfação, o teste foi não significativo, não apresentando diferença entre os grupos de não beneficiários e beneficiários do Programa (média 2,71/Não e 2,72/Sim, numa escala de 1 a 5).

Fato esse que reforça a necessidade de planejamento, gerenciamento e ações mais efetivas. Como indicam os estudos de Cintra, Ribeiro e Costa (2023) e Lima e Ferreira (2016), “planejar e implementar as políticas públicas é essencial, no entanto realizar avaliações contínuas garante sua sustentabilidade ao longo do tempo, diante dos desafios sociais dentro do contexto institucional”.

Figura 5 – Gráfico de barra para cada constructo formado, comparando a média dos não beneficiários (Não) e dos beneficiários do Programa (Sim)



Fonte: Elaboração da autora, com dados da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas vem desenvolvendo ações, atividades e serviços em prol dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, além de outras demandas sociais que se apresentam no cotidiano, com a finalidade de garantir a permanência do aluno em sala de aula, seu desempenho acadêmico e sua formação acadêmica. Ademais, combate um dos maiores problemas que as universidades enfrentam na atualidade: a evasão escolar.

No entanto, por meio das avaliações dos estudantes, é necessário criar novas estratégias, bem como aprimorar as existentes, uma vez que, no quesito satisfação dos discentes com as ações do Programa, as médias ficaram numa escala de 2%. E isso demanda da Gestão Superior ampliar a visão para o aprimoramento das lacunas encontradas neste estudo. Nesse aspecto, considera-se relevante criar ações mais efetivas que venham melhorar a prestação dos serviços aos discentes.

Estando presente em grande parte do território amazonense, a UEA vem contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais na região, além de promover a educação superior nos locais mais remotos do Amazonas, cooperando para o desenvolvimento do estado. Por ser vetor de produção de conhecimentos, a universidade contribui para aprimorar a qualidade dos recursos humanos na região, com políticas e ações que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação.

Portanto, destacamos a relevância do Programa de Assistência Estudantil da UEA e seus efeitos positivos na comunidade acadêmica, principalmente num estado em que as demandas sociais ainda são bastante evidentes. Todavia, a universidade não recebe recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que poderia ser uma pauta a ser discutida por gestores e atores políticos da região. Para estudos futuros, sugere-se uma investigação mais específica sobre mobilidade ou transporte e alimentação nos municípios, uma vez que alunos que moram às margens dos rios, em comunidades e vilas circunvizinhas dos Núcleos e Polos não recebem os benefícios citados.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, Renata Pacheco. Reflexões sobre assistência estudantil e evasão no Instituto Federal do Paraná. **Temporalis**, v. 24, n. 47, p.189-204, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2024v24n47p189-204>.
- ALENCAR, Gilney Luís Silva de. **Gestão e políticas públicas: análise do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Instituto Federal do Pará, na Amazônia, 2022**. Dissertação (Mestrado em administração pública) – Universidade do Minho (Portugal), 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/79334>. Acesso em: 18 out. 2014.
- ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wqhZ5Km7XCbNbPTRwQrjP6x/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BARBOSA, Leonardo *et al.* Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, v. 6, n. 2, p. 166-192, 2018.
- BLAND, J. Martin; ALTMAN, Douglas G. Statistics notes: Cronbach's alpha. **Bmj**, v. 314, n. 7080, p. 572, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988/2020)**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais Nº 1/1992 a 108 de /2020, pelo Decreto Legislação Nº 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. Brasília, [s.d.].
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 6 dez. 2023.
- BRASIL. **Lei Nº 14.914, de 03 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2024.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de administração pública**, v. 34, n. 4, p. 7 a 26-7 a 26, 2000.
- CINTRA, Renato Fabiano; RIBEIRO, Ivano; COSTA, Benny Kramer. Moradia estudantil e índice de desempenho acadêmico: análise quantitativa na Universidade Federal da Grande Dourados. **Dialogia**, n. 42, p. 1-20, 2023.
- CIOBANU, A. The Role of Student Services in the Improving of Student Experience in Higher Education. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*. **Logos Universality Mentality Education Novelty (LUMEN, 2013)**, Iasi, Romania, 10-13 apr. 2013; v. 92, p. 169-173, 2013. DOI: 10.1016/j.sbspro.2013.08.654.
- CRUZ, Raone Holanda da *et al.* O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no contexto de um campus universitário da Região Amazônica. **Revista GeSec**, São Paulo, SP, Brasil, v. 15, n. 2, p- 01-18.2º24. DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v15i2.3456>.

FALCO, Beatriz Simonaio Birelli; OLIVEIRA, Isabel Cristina das Chagas. A política de assistência estudantil e seu impacto na permanência dos estudantes. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, p. 176-190, 2021.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Zona Franca de Manaus: impactos, efetividade e oportunidades**. Manaus: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EESP), 2015. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 19 out. 2024.

FONSECA, Virginia Braga *et al.* Políticas educacionais e a adaptação de estudantes indígenas ao Ensino Remoto de Emergência: um estudo no ensino superior. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 313-333, 2023. DOI: 10.22567/rep.v12i2.948. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/948>. Acesso em: 20 out. 2024.

GLIEM, Joseph A.; GLIEM, Rosemary R. Calculating, interpreting, and reporting Cronbach's alpha reliability coefficient for Likert-type scales. In: **MIDWEST RESEARCH TO PRACTICE CONFERENCE IN ADULT, CONTINUING, AND COMMUNITY EDUCATION**, Columbus, 2003. **Proceedings...** Ohio, USA: Ohio State University, 2004. p. 82-88.

HAIR, Joseph *et al.* **Multivariate data analysis**. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HORA, Henrique Rego Monteiro; MONTEIRO, Gina Torres Rego; ARICA, José. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. **Produto & Produção**, v. 11, n. 2, p. 85-103, 2010. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/9321>. Acesso em: 10 maio 2023. DOI: 10.22456/1983-8026.9321.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, p. 285-303, 2017.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. New Jersey: Prentice-Hall, 1995.

JULIÃO, Cassiano Roberto Ferreira; PEREIRA, Luiz Ismael I.; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil no desempenho dos discentes brasileiros de baixa renda. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, p. 203-225, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/84021>. Acesso em: 18 out. 2024.

KROTH, Darlan Cristiano; BARTH, Enise. Do acesso ao êxito acadêmico: a importância da política de assistência estudantil no Ensino Superior. **Desenvolvimento em Questão**, v. 20, n. 58, p. 1-21, 2022.

KRUSKAL, W. H.; WALLIS, W. A. Use of ranks in on-criterion variance analyses. **Journal of the American Statistical Association**, v. 47, n. 260, p. 583-621, 1952.

LACERDA, Izabella Pirro; VALENTINI, Felipe. Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. 2, p. 413-23, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/kPkhTBrFRcNFsj6MxFhp7Bx/abstract/?lang=pt#>.

LAGO, Tânia Maria; GONÇALVES, Lina Maria. Gestão das Políticas de Assistência Estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 20, n. 1, p. 512-527, 2019.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of psychology**, n. 140, p. 5-55, 1932.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; ALVES, Larissa Milena Sousa; DA SILVA CANELA, Danilo Crisóstomo. Ingressei no Ensino Superior, e agora? Percepção discente relativa às políticas de assistência estudantil. **Revista Agenda Política**, v. 9, n. 2, p. 276-300, 2021.

LUDEMAN, R. B.; SCHREIBER, B. **Student Affairs and Services in Higher Education: global foundations, issues, and best practices** third edition. Berlin: IASAS, 2020.

MARANHÃO, Fábica Castro de Albuquerque. **Política pública de assistência estudantil: um estudo da satisfação dos universitários residentes na moradia estudantil da UFRPE-2016**. 2024. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24844>. Acesso em: 18 out. 2024.

MARDIA, K. W.; KENT, J. T.; BIBBY, J. M. **Multivariate Analysis**. New York: Academic Press, 1979.

MATTHIENSEN, Alexandre. **Uso do coeficiente alfa de Cronbach em avaliações por questionários**. Boa Vista: EMBRAPA, 2011.

MELLO, Janine *et al.* **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos: experiências recentes das políticas de redução das desigualdades**. Brasília: Ipea, 2020. 270, p.: il., color. In: ISBN: 978-65-5635-000-4.

OLIVEIRA, Bruno. **Teste t e Mann-Whitney para amostras independentes**. [S.1], abril, 2020.

SILVA, Lucas Adriano; PENHA, Debora de Lima Braga; RODRIGUES, Cristina Tristão. Impactos do programa de bolsas de assistência estudantil sobre o desempenho acadêmico dos estudantes. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 7, n. 1, p. 32- 47, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31061/redepp.v7n1.32-47>.

STADNICK, Kamile Thees. **Modernização da gestão pública brasileira à luz da teoria da Nova Administração pública: uma análise do PNAFE e do PROFISCO I no Estado de Santa Catarina**. 2021. Tese (Doutorado em administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

UEA. Universidade do Estado do Amazonas. **Resolução Nº 05/2021-CONSUNIV** – Aprova o Programa de Assistência Estudantil da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2021.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Neste estudo, o principal objetivo foi analisar os efeitos da Política Pública de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade do Estado do Amazonas, tendo como objeto de análise as principais modalidades e ações do Programa de Assistência Estudantil (PROAES). Buscou-se desvendar as percepções da realidade vivenciadas por coordenadores, gestores e discentes sobre a efetividade dessa política pública no estado, uma vez que a UEA está distribuída em quase todo o território do Amazonas.

Como previsto na literatura, a Política de Assistência Estudantil é de suma importância no contexto brasileiro, e os resultados da pesquisa aqui desenvolvida confirmaram essa relevância no estado do Amazonas, principalmente por se tratar de um território com características diferenciadas das outras regiões do país. Portanto, surgiu a necessidade de um planejamento mais adequado às realidades locais.

Nesse sentido, apesar de as ações da assistência estudantil serem efetivas na universidade, foram detectadas algumas lacunas a serem aperfeiçoadas, como: (i) Falta de um sistema de dados unificados; (ii) Dificuldades de mobilidade nos interiores (devido às longas distâncias e à falta de transporte coletivo, tanto terrestre quanto fluvial); (iii) Aumento e capacitação da equipe multidisciplinar; (iv) Maior informação e comunicação sobre o Programa nos interiores; (v) Implantação da Comissão Local de Assuntos Comunitários nos Núcleos; (vi) Fortalecimento de parcerias entre prefeituras e universidade nos interiores, para atendimento à saúde dos discentes; (vii) Remuneração compatível com o cargo ocupado; e (viii) Ampliação dos benefícios Alimentação, Moradia e Transporte para Núcleos e Polos.

Dessa forma, vale salientar que a avaliação das políticas públicas é ferramenta bastante eficaz para detectar sua efetividade ou seu fracasso e, assim, criar alternativas para suprir as demandas observadas e fazer correções necessárias para o bom funcionamento das ações executadas. Importante destacar que não basta criar política pública e desenvolver suas ações, é necessário monitorá-la e avaliá-la, para garantir sua eficácia.

Cabe destacar que, apesar de estar em constante evidência no Brasil e, principalmente, no exterior, a Região Amazônica vive sob holofotes de discursões e questionamentos quanto ao seu desenvolvimento econômico e sustentável, em que a defesa do meio ambiente e a questão climática estão sempre em pauta. No entanto, as mesmas mazelas sociais ainda são evidentes na região, sendo a política de assistência estudantil instrumento para mitigar as desigualdades sociais na educação superior pública do estado.

Portanto, conclui-se que o PROAES/UEA tem contribuído com ações efetivas para a população amazonense na educação superior, promovendo o acesso a essa educação, entre outras atividades e serviços, com vistas a garantir ao acadêmico a conclusão do curso superior. Assim, o Programa tem como perspectivas a inclusão social, a formação ampliada, a produção do conhecimento e a melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, buscando combater um problema que aflige as instituições de ensino no país, a evasão escolar.

Por fim, ressalta-se que a UEA atende a todas as camadas sociais de qualquer lugar do país, mas não recebe recurso federal do PNAES, por conta das prerrogativas do Art. 19 da CF/1988, que veta a distinção entre brasileiros. Essa mesma justificativa foi utilizada por ministro do STF em relação à inconstitucionalidade da Lei Estadual de Cotas da Universidade. Portanto, é relevante ampliar a visão dos atores políticos e gestores locais, sobre movimentos sociais que viabilizem o diálogo em torno da possibilidade de contribuição do recurso federal para a Assistência Estudantil no Amazonas, uma vez que, atualmente, foi promulgada a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

APÊNDICES

APÊNDICE A

FORMULÁRIO

Prezados(as) gestores(as):

O formulário a seguir trata de uma pesquisa sobre “A Política Pública de Assistência Estudantil no Âmbito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA”. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas de maneira fidedigna. Não há respostas certas ou erradas. Contudo, esperamos que você responda do modo mais honesto possível.

A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio da pesquisa estarão em anonimato, pois não coletamos qualquer informação que permita, de alguma forma identificar os respondentes.

Adicionalmente, sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não lhe acarretarão qualquer prejuízo. A pesquisa não envolverá quaisquer gastos ou prejuízos aos participantes.

No entanto, esperamos que os resultados desta pesquisa proporcionem melhor entendimento sobre os efeitos que a política pode causar na vida acadêmica dos discentes do ensino superior e contribuam para a tomada de decisões mais assertivas no que tange à realidade local das Escolas Superiores, Núcleos Superiores, Centro Superiores e Polos da UEA.

Agradecemos a sua participação!

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM GESTORES DAS UNIDADES, CENTROS E NÚCLEOS E EQUIPE GERENCIAL DIRETAMENTE ENVOLVIDA NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO
Cargo:
Idade:
Gênero: () F () M () outro
Escolaridade:
Profissão:
Função que desempenha na UEA? Desde quando?
BLOCO 2 – HISTÓRICO DO PROAES NA UEA
2- Qual é o histórico do Programa de Assistência Estudantil na UEA e como era a assistência estudantil na UEA antes do PNAES?
BLOCO 3 – CARACTERIZAÇÃO DA PROEX – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
3- Qual a função da PROEX e como é seu relacionamento no ambiente externo? Ex.: governo, TCE-AM, CGE-AM, comunidade etc.
BLOCO 4 – IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA QUE O PROAES SE PROPÕE A ENFRENTAR
4- Qual o problema que o PROAES se propõe a enfrentar? Quais são suas principais consequências?
BLOCO 5 – IDENTIFICAÇÃO DO REAL OBJETIVO DO PROAES
5- Qual o objetivo do Programa? Você considera que ele tem sido cumprido?
BLOCO 6 – IDENTIFICAÇÃO DOS EFEITOS CAUSADOS PELO PROAES
6- Na sua opinião, quais efeitos gerados pelo Programa na comunidade acadêmica?
BLOCO 7 - IDENTIFICAR OS DADOS DISPONÍVEIS NA GERÊNCIA DO PROGRAMA
7- O Programa tem registros administrativos?
8- Como é a forma de acompanhamento, suporte tecnológico e a periodicidade desse acompanhamento?
BLOCO 8 – IDENTIFICAR O PÚBLICO-ALVO E MAPEAR O RECORTE DADO PELA GERÊNCIA DO PROAES PARA DEFINIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO E IDENTIFICAR OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PÚBLICO-ALVO.
9- Qual o perfil do público-alvo que o Programa pretende atingir? Há necessidade de repensá-lo? Por quê?
BLOCO 9 – IDENTIFICAR AS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E NÃO ORÇAMENTÁRIAS QUE DEVERÃO SER DESENVOLVIDAS PARA ATINGIR OBJETIVOS
10- Quais são as ações que compõem o Programa e quais as finalidades dessas ações?
BLOCO 10 – IDENTIFICAR OS PRODUTOS (BENS E SERVIÇOS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA)
11- Quais são os produtos gerados pelas ações, ou seja, bens e serviços oferecidos, em termos quantitativos?
BLOCO 11 – IDENTIFICAR OS RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS E FINAIS
12- Quais os resultados alcançados até hoje? E o que se pretende alcançar nos próximos quatro anos?
13- Como as ações e seus produtos contribuem para alcançar os resultados?
BLOCO 12 – IDENTIFICAR OS FATORES DE CONTEXTO QUE PODEM SER FAVORÁVEIS OU DESFAVORÁVEIS PARA O PROGRAMA
14- Quais são os fatores de contextos internos ou externos que podem afetar o desempenho do Programa?
BLOCO 13 – IDENTIFICAR OS INDICADORES, SUA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO, CONHECER A IMPORTÂNCIA QUE A GERÊNCIA DÁ AO TEMA INDICADORES

15- Existem indicadores e metas específicos da UEA para acompanhamento e avaliação do Programa? Se sim, quais? Se não, quais poderiam ser adotados?
16- Há alguém na equipe com experiência na construção e análise de indicadores? Existem dificuldades para elaboração e análise de indicadores? Como têm sido contornadas essas dificuldades?
BLOCO 14 – MAPEAR POSSÍVEIS ENTREVISTADOS E COLETAR SUGESTÕES DE NOVOS INDICADORES
17- Quais são os principais interessados/parceiros internos e externos envolvidos na gestão do Programa? O que eles fazem?
18- As informações solicitadas pelos órgãos de controle (CGE/AM, TCE/AM) estão sendo repassadas? Se não, quais as dificuldades?
19- Você tem sugestões para melhorias dos resultados do Programa? Quais?

APÊNDICE B**QUESTIONÁRIO**

Prezados(as) acadêmicos(as),

O questionário a seguir, trata de uma pesquisa sobre “A Política Pública de Assistência Estudantil no Âmbito da Universidade do Estado do Amazonas – UEA”. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas de maneira fidedigna. Não há respostas certas ou erradas. Contudo, esperamos que você responda do modo mais honesto possível.

A fim de assegurar sua privacidade, os dados obtidos por meio desta pesquisa estarão em anonimato, pois não coletamos qualquer informação que permita identificar os respondentes. Adicionalmente, sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não lhe acarretarão qualquer prejuízo. A pesquisa não envolverá quaisquer gastos ou prejuízos aos participantes.

No entanto, esperamos que os resultados desta pesquisa proporcionem melhor entendimento sobre os efeitos que a política pública pode causar na vida acadêmica dos discentes do ensino superior, e contribuam para a tomada de decisões mais assertivas no que tange à realidade local das Escolas Superiores, Centros Superiores, Núcleos Superiores e Polos da UEA.

Agradecemos a sua participação!

1. Para dar seu aceite em participar desta pesquisa, assinale a opção abaixo*

- Concordo em participar desta pesquisa
- Discordo. (Ao assinalar aqui, o questionário será finalizado)

QUESTIONÁRIO A SER APLICADO AOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA**2. Você é beneficiário do Programa de Assistência Estudantil da UEA? Marque quais auxílios você recebe?**

- Auxílio-Casa do Estudante (Moradia Estudantil)
- Auxílio-Transporte
- Auxílio-Socioeconômico

- Auxílio-Alimentação (Restaurantes Universitários)
- Auxílio-Creche
- Auxílio Material (Didático/Pedagógico)
- Não sou beneficiário

3. Você NÃO é beneficiário do Programa de Assistência Estudantil da UEA, mas sente necessidade de receber algum desses auxílios? Marque quais?

- Auxílio-Casa do Estudante (Moradia Estudantil)
- Auxílio-Transporte
- Auxílio-Socioeconômico
- Auxílio-Alimentação (Restaurantes Universitários)
- Auxílio-Creche
- Auxílio-Material (Didático/Pedagógico)
- Não sou beneficiário

BLOCO II – CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

3. Município: _____ Curso: _____

4. Gênero: Masculino () Feminino () Outros: _____

5. Idade: _____

6. Cor ou Raça

- Preto
- Pardo
- Amarelo
- Branco
- Indígena

7. Estado Civil: Solteiro () Casado/União Estável () Divorciado/Separado () Viúvo ()

8. Em qual das Unidades Acadêmicas abaixo você estuda?

- Escolas Superiores () Centros Superiores () Núcleos Superiores () Polos

9. Onde você está cursando a graduação?

- Em meu município de origem, em área urbana
- Em meu município de origem, em área rural
- Em outro município, em área rural
- Outros _____

10. Qual a modalidade de ensino do seu curso?

- Presencial Regular
- Presencial Modular
- Presencial Mediado por Tecnologia
- Ensino a Distância (EaD)
- Processo Híbrido de Ensino (Semipresencial)

BLOCO II – GRAU DE INFLUÊNCIA DOS EFEITOS DAS MODALIDADES DO PROAES NO DESEMPENHO ACADÊMICO E PERMANÊNCIA NO CURSO

10. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio Casa do Estudante (Moradia Estudantil) influencia seu desempenho acadêmico. Responda em uma escala de 1 a 5, em que 1- Não influencia, 2- Pouco influencia, 3- Neutro, 4- Influencia e 5- Influencia totalmente.

1 2 3 4 5

11. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Transporte influencia seu desempenho acadêmico? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

12. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Material (Didático/ Pedagógico) influencia seu desempenho acadêmico. Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

13. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Socioeconômico influencia seu desempenho acadêmico? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

14. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Alimentação (Restaurantes Universitários) pode influenciar seu desempenho acadêmico. Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

15. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Creche pode influenciar seu desempenho acadêmico. Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

17. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Casa do Estudante (Moradia Estudantil) pode influenciar sua permanência no curso. Responda em uma escala de 1 a 5, em que 1- Não influencia, 2- Pouco influencia, 3- Neutro, 4- Influencia e 5- Influencia totalmente.

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

18. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Transporte pode influenciar em sua permanência no curso? Responda em uma escala de 1 (Não influencia) a 5 (Influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

19. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o Auxílio-Material (Didático/Pedagógico) pode influenciar em sua permanência no curso? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

20. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o **Auxílio-Socioeconômico** pode influenciar em sua permanência no curso? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

21. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o **Auxílio-Alimentação (Restaurantes Universitários)** pode influenciar sua permanência no curso? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

22. Avaliando suas condições atuais, julgue o quanto o **Auxílio-Creche** pode influenciar sua permanência no curso? Responda em uma escala de 1 (não influencia) a 5 (influencia totalmente).

1 2 3 4 5

Não influencia Influencia totalmente

BLOCO III – IDENTIFICAR O GRAU DE SATISFAÇÃO NAS DIFERENTES ÁREAS DO PROAES

Avalie seu grau de satisfação nas diferentes áreas a seguir. Para responder, considere aspectos gerais, contando com sua rede de apoio dentro e fora da UEA.

23. O quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de **moradia** (Casa do Estudante)? Considere, por exemplo, condições gerais de higiene, organização e manutenção dos aspectos básicos e de estudo, localização e convívio com pessoas da vizinhança etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

24. Para se locomover até a UEA, o quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de transporte? Considere, por exemplo, tempo de deslocamento de sua residência à UEA, meios de locomoção, segurança, etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

25. O quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de alimentação? Considere, por exemplo, qualidade da comida, quantidade diária de refeições que você faz, local das refeições etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

26. O quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de acesso a serviços relacionados ao atendimento de saúde física e mental? Considere, por exemplo, informações disponíveis sobre cuidados de saúde e prevenção, rede de apoio (pública ou particular) disponível, atendimento médico ou apoio emocional quando necessário, acesso a

serviços/medicações etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

27. O quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de acesso às atividades físicas ou de esporte? Considere, por exemplo, informações disponíveis, locais e opções de atividades, qualidade e infraestrutura disponível, horários etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

28. O quanto você se sente satisfeito com as condições de acesso à creche para crianças de 0 a 5 anos de idade? Mesmo que não tenha crianças sob sua guarda, considere as informações previstas sobre esse direito, opções disponíveis, ofertas de vagas, atendimento, qualidade etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

29. O quanto você se sente satisfeito com suas atuais condições de acesso ao computador, aparelhos eletrônicos em geral e internet? Considere, por exemplo, sua capacidade pessoal de lidar com as ferramentas, qualidade dos equipamentos e de conexão com a internet, horários que você tem disponível para uso etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

30. O quanto você se sente satisfeito com as condições de auxílio-material (didático-pedagógico)? Considere, por exemplo, acesso a materiais de estudo, pesquisa, extensão e disponibilidade de professores fora do horário de aula, para esclarecimentos e orientações aos alunos com relação aos estudos, recursos e meios de estudos complementares, como laboratórios, bibliotecas, monitoria, tutoria etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

31. O quanto você se sente satisfeito com as atuais condições de acessibilidade na UEA? Mesmo que você não tenha deficiência física ou alguma limitação especial, considere, por exemplo, acesso e mobilidade dentro das dependências da universidade, estrutura e recursos

didático- pedagógicos para necessidade de estudo/aprendizagem etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

32. O quanto você se sente satisfeito com o auxílio socioeconômico oferecido pelo Programa da UEA? Mesmo que você não seja beneficiário, considere, por exemplo, a vulnerabilidade socioeconômica, baixa renda e desemprego etc. Responda em uma escala de 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

33. O quanto você se sente satisfeito com o nível da qualidade de ensino na sua Escola Superior, Centro Superior, Núcleo Superior ou Polo da UEA? Considere, por exemplo, qualificação do corpo docente, estrutura das escolas, metodologia de ensino, uso da tecnologia, atividades extracurriculares, competência socioemocional etc. assinalando uma escala 1 (nada satisfeito) a 5 (totalmente satisfeito).

1 2 3 4 5

Nada satisfeito Totalmente satisfeito

34. Responda, em uma escala de 1 (nunca ou raramente) a 5 (sempre ou frequentemente), com que frequência você pensa em mudar ou sair do curso atual?

1 2 3 4 5

Nunca ou raramente Sempre ou frequentemente

35. Responda, em uma escala de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom), como você julga o seu desempenho acadêmico.

1 2 3 4 5

Nunca ou raramente Sempre ou frequentemente